REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO: MARANHAO

Relatório Anual de Gestão 2018

CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA
Secretário(a) de Saúde

Sumário

1. Identificação
   - 1.1. Informações Territoriais
   - 1.2. Secretaria de Saúde
   - 1.3. Informações da Gestão
   - 1.4. Fundo de Saúde
   - 1.5. Plano de Saúde
   - 1.6. Informações sobre Regionalização
   - 1.7. Conselho de Saúde
   - 1.8. Casa Legislativa
2. Introdução
3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade
   - 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
   - 3.2. Nascidos Vivos
   - 3.3. Principais causas de internação
   - 3.4. Mortalidade por grupos de causas
4. Dados da Produção de Serviços no SUS
   - 4.1. Produção de Atenção Básica
   - 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
   - 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
   - 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
   - 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
   - 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos
5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS
   - 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
   - 5.2. Por natureza jurídica
   - 5.3. Consórcios em saúde
6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS
7. Programação Anual de Saúde - PAS
   - 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores
8. Indicadores de Pactuação Interfederativa
9. Execução Orçamentária e Financeira
   - 9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica
   - 9.2. Indicadores financeiros
   - 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
   - 9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho
10. Auditorias
11. Análises e Considerações Gerais
12. Recomendações para o Próximo Exercício

1. Identificação

1.1. Informações Territoriais

UF	MA
Estado	MARANHÃO
Área	331.983,00 Km²
População	7.075.181 Hab

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)
Data da consulta: 15/10/2019

1 .2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
Número CNES	6064647
CNPJ	A informação não foi identificada na base de dados
CNPJ da Mantenedora	02973240000106
Endereço	AV CARLOS CUNHA S/N
Email	informacao.sus.ma@gmail.com
Telefone	98 31985500

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 15/10/2019

1 .3. Informações da Gestão

Governador(a)	FLAVIO DINO DE CASTRO E COSTA
Secretário(a) de Saúde em Exercício	CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA
E-mail secretário(a)	carloslula@carloslula.com.br
Telefone secretário(a)	9832188700

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Data da consulta: 15/10/2019

1.4. Fundo de Saúde

Instrumento de criação	LEI
Data de criação	01/1993
CNPJ	06.023.953/0001-51
Natureza Jurídica	FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL
Nome do Gestor do Fundo	CAMILA AMATHA CAVALVANTI LIMA

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Data da consulta: 15/10/2019

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2016-2019
Status do Plano	Aprovado

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)
Data da consulta: 17/05/2022

1.6. Informações sobre Regionalização

Região	Área (Km²)	População (Hab)	Densidade
Açailândia	18.740,01	297.408,00	15,87
Bacabal	8.963,51	269.769,00	30,10
Balsas	61.902,32	250.672,00	4,05
Barra do Corda	24.969,24	233.372,00	9,35
Caxias	11.742,86	305.941,00	26,05
Chapadinha	15.259,29	378.364,00	24,80
Codó	10.066,58	309.057,00	30,70
Imperatriz	25.888,63	518.640,00	20,03
Itapecuru Mirim	12.367,79	384.775,00	31,11
Pedreiras	5.988,33	218.926,00	36,56
Pinheiro	17.233,54	397.484,00	23,06
Presidente Dutra	12.779,77	290.770,00	22,75
Rosário	14.813,33	300.897,00	20,31
Santa Inês	20.769,57	394.248,00	18,98
São João dos Patos	26.532,58	246.109,00	9,28
São Luís	2.893,25	1.454.626,00	502,77
Timon	9.831,49	250.006,00	25,43
Viana	6.747,86	273.027,00	40,46
Zé Doca	24.493,34	301.090,00	12,29

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

1 .7. Conselho de Saúde

Intrumento Legal de Criação	LEI	
Endereço	RUA 104 100 VINHAIS	
E-mail	Consaudema@gmail.com	
Telefone	9832315167	
Nome do Presidente	CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA	
Número de conselheiros por segmento	**Usuários**	10
	Governo	6
	Trabalhadores	2
	Prestadores	2

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Ano de referência: 201806

1 .8. Casa Legislativa

1º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

09/07/2018

2º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

04/12/2018

3º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

07/03/2019

- Considerações

Verifica-se a inesistência de informação nos ítens 1.2.(CNPJ, email, telefone); ítem 1.4 (natureza jurídica);

2. Introdução

- Análises e Considerações sobre Introdução

Os instrumentos de planejamento do SUS, tem por finalidade, apoiar o gestor na condução da prestação de ações e serviços do SUS no âmbito de seu território, visando a melhoria dos níveis de saúde da população e do aperfeiçoamento do Sistema; disponibilizar os meios para o aperfeiçoamento continuo da gestão participativa e das ações e serviços prestados; apoiar a participação e o controle social bem como auxiliar o trabalho interno e externo, de controle e auditoria.

O Relatório Anual de Gestão é um instrumento de monitoramento e avaliação, que apresenta os resultados alcançados com a execução das ações constantes na Programação Anual de Saúde- PAS, está baseado no conjunto de diretrizes, objetivos, metas e indicadores do Plano Estadual de Saúde- PES, possibilita o acompanhamento da aplicação de recursos utilizados, que serão divulgados, fornecendo subsídios para tomada de decisão e dar visibilidade à gestão. É, portanto, importante para orientar a elaboração da nova PAS, bem como, apontar ajustes que se façam necessários na elaboração do novo Plano de Saúde.

O Relatório Anual de Gestão 2018 atende a Lei Complementar 141/2012, Artigo 36, parágrafo 1º e 3º e aos preceitos da Portaria 2.135/2013, que definem os prazos e fluxos para sua elaboração e apreciação pelos Conselhos de Saúde.

A Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas, com base nas informações e dados enviados pelas áreas técnicas da Secretaria Estadual de Saúde, analisa e consolida-os em relatórios de forma a garantir visibilidade às ações desenvolvidas no período de janeiro a dezembro de 2018.

É importante acrescentarmos, que o Relatório de 2018 foi realizado em modo físico e seus dados foram transportados para o sistema.

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

A disponibilização dos dados do SINASC, SIM e SIH, no DGMP, depende do prazo de publicação, respectivamente, pelos DAENT/SVSA e DRAC/SAES

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2015

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	345.703	330.190	675.893
5 a 9 anos	373.483	356.612	730.095
10 a 14 anos	372.274	357.608	729.882
15 a 19 anos	331.100	324.078	655.178
20 a 29 anos	596.898	616.129	1.213.027
30 a 39 anos	541.870	558.344	1.100.214
40 a 49 anos	347.855	364.549	712.404
50 a 59 anos	247.617	266.177	513.794
60 a 69 anos	152.039	168.118	320.157
70 a 79 anos	76.232	96.779	173.011
80 anos e mais	32.113	48.530	80.643
Total	**3.417.184**	**3.487.114**	**6.904.298**

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE (DataSUS/Tabnet)
Data da consulta: 15/10/2019.

3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2013	2014	2015	2016	2017
MA	115.000	117.071	117.564	110.493	112.985

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)
Data da consulta: 15/10/2019.

3.3. Principais causas de internação

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2014	2015	2016	2017	2018
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	66874	64750	71441	64821	63252
II. Neoplasias (tumores)	16307	17186	18972	20932	21611
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	3021	3119	3063	3455	3552
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	10228	10742	9472	11042	11683
V. Transtornos mentais e comportamentais	4434	4322	4618	4587	4391
VI. Doenças do sistema nervoso	4561	4753	4494	4527	5172
VII. Doenças do olho e anexos	1088	945	1149	1708	2342
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	252	301	474	756	643
IX. Doenças do aparelho circulatório	29033	29172	26801	28708	30296
X. Doenças do aparelho respiratório	52387	53012	38477	47924	48107
XI. Doenças do aparelho digestivo	39829	41044	40982	42454	47547

XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	8585	9366	10635	13158	15220
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	4012	4127	4765	5462	6337
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	32986	33392	32509	33615	37874
XV. Gravidez parto e puerpério	97978	99131	88820	96007	109519
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	6107	6227	6178	6987	7215
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	1911	2003	2265	2286	2375
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	4450	5271	5594	6451	6727
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	36131	36526	35943	38385	40870
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	226	1097	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	1994	2565	3462	3934	4760
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	**422394**	**429051**	**410114**	**437199**	**469493**

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 15/10/2019.

Obs.: A atualização dos valores relativos ao último período ocorrem simultaneamente ao carregamento dos dados no Tabnet/DATASUS.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2013	2014	2015	2016	2017
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1.531	1.381	1.534	1.736	1.646
II. Neoplasias (tumores)	3.527	3.664	3.912	3.900	4.317
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	208	175	188	229	243
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	2.324	2.539	2.695	2.694	2.782
V. Transtornos mentais e comportamentais	211	256	281	285	268
VI. Doenças do sistema nervoso	439	468	550	534	598
VII. Doenças do olho e anexos	-	2	-	1	1
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	2	7	7	4	7
IX. Doenças do aparelho circulatório	9.465	9.856	10.352	10.622	10.876
X. Doenças do aparelho respiratório	2.362	2.456	2.817	2.914	3.220
XI. Doenças do aparelho digestivo	1.588	1.605	1.759	1.759	1.699
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	66	86	92	134	166
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	74	80	94	87	118
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	498	619	704	768	747
XV. Gravidez parto e puerpério	110	96	121	110	98
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	1.149	1.068	1.098	971	1.135
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	355	408	382	376	407
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	1.984	1.755	1.698	1.786	1.871
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	5.026	5.580	5.382	5.452	5.076
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-	-
XXII.Códigos para propósitos especiais	-	-	-	-	-
Total	**30.919**	**32.101**	**33.666**	**34.362**	**35.275**

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)

- Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

Ressalta-se que a análise e considerações foram realizadas no Relatório Anual de Gestão 2018 anexado abaixo, no modelo que foi repassado pelo NEMS, pois o sistema ainda não estava disponível.

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

UnidadeFederação	2012	2013	2014	2015	2016
MA	116.897	115.408	117.344	117.774	110.667

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC) Data da consulta:

1.1. Principais causas de internação

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

CapítuloCID-10	2014	2015	2016	2017	2018
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	66.156	64.329	71.529	65.217	59.561
II. Neoplasias (tumores)	15.295	16.434	18.163	20.050	20.676
III. Doenças sangue órgãos hemat e transtimunitár	2.935	3.031	3.013	3.420	3.325
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	10.143	10.690	9.441	11.054	10.896
V. Transtornos mentais e comportamentais	8.974	9.394	9.605	9.694	8.601

CapítuloCID-10	2014	2015	2016	2017	2018
VI. Doenças do sistema nervoso	4.627	4.881	4.565	4.555	4.970
VII. Doenças do olho e anexos	1.061	921	1.119	1.660	2.262
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	238	296	470	750	601
IX. Doenças do aparelho circulatório	28.505	28.522	26.280	28.432	28.393
X. Doenças do aparelho respiratório	51.950	52.691	38.401	48.057	45.608
XI. Doenças do aparelho digestivo	39.556	40.739	40.739	42.260	45.334
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	8.496	9.335	10.675	13.239	14.734
XIII.Doençassist osteomuscular e tec conjuntivo	3.969	4.029	4.706	5.407	6.121
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	32.736	33.136	32.307	33.734	36.022
XV. Gravidez parto e puerpério	96.537	98.013	87.651	95.186	103.107
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	6.002	6.103	6.014	6.774	6.861
XVII.Malfcongdeformid e anomalias cromossômicas	1.751	1.869	2.184	2.196	2.271
XVIII.Sint sinais e achadanormexclín e laborat	4.531	5.375	5.591	6.490	6.625
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	34.789	35.317	34.615	37.341	38.295
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	226	1.101	0	0	0
XXI. Contatos com serviços de saúde	1.935	2.521	3.437	3.845	4.588
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	0	0	0	0	0
Total	420.412	428.728	410.505	439.362	448.851

Fonte:SistemadeInformaçõesHospitalaresdoSUS(SIH/SUS) Data da consulta:

Análises e considerações ano base 2018

O Estado do maranhão, no ano de 2018, teve uma população estimada em mais de 7 milhões de habitantes, dos quais 49% é do sexo masculino e 51% do sexo feminino. A faixa etária que tem maior participação é de adolescente e crianças com 39%, adultos com 36%, jovens 17%, e idosos 9%.

O sistema de registro de internações hospitalares (SIH/SUS) do DATASUS/MS registrou como as cinco maiores causas de internação na população do Maranhão (ordem decrescente), gravidez, parto e puerpério (103.107 = 22,97%); doenças infecciosas e parasitárias (59.561 = 13,27%);doenças do aparelho respiratório(45.608¿ 10,16%); doenças do aparelho digestivo(45.334 ¿ 10,10%) e lesões por envenenamento e algumas outras consequências de causas externas (38.295 = 8,53%). Entre as crianças menores de 1 ano apresentamos como causas mais frequentes de internação mais presentes são afecções do período perinatal (6.405 = 33,1%), doenças do aparelho respiratório (4.755 =24,5%) e doenças infecciosas e parasitárias (4.405 ¿ 22,7%).Entre as causas de morbidade na faixa etária 15 a 39 anos, adolescentes e adultos jovens as principais: gravidez, parto e puerpério(101.758 - 48,53%), e lesões por envenenamento e algumas outras consequências de causas externas (17.992 = 8,58%), doenças do aparelho digestivo (16.692 = 7,96%),doenças do aparelho geniturinário(16.587 ¿ 7,91%), algumas doenças infecciosas e parasitárias (16.053 =7,66%), e respiratórios (8.769 =4,18%),com transtornos mentais e comportamentais são 5.462 = 2,60%) nesta faixa. A

SES/MA, com o objetivo de reduzir a ocupação de leitos, vem desenvolvendo políticas públicas de educação para a saúde ligadas à prevenção de acidentes, doenças sexualmente transmissíveis, atividades físicas e boas práticas de alimentação saudável.

1.1. Mortalidade de residentes, segundo capítuloCID-10

CapítuloCID-10	2012	2013	2014	2015	2016
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1.275	1.561	1.410	1.550	1.764
II. Neoplasias (tumores)	3.341	3.603	3.732	3.964	3.953
III. Doenças sangue órgãos hemat e transtimunitár	173	211	179	194	232
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	2.389	2.368	2.566	2.726	2.716
V. Transtornos mentais e comportamentais	171	211	259	289	291
VI. Doenças do sistema nervoso	414	451	479	559	539
VII. Doenças do olho e anexos	0	0	1	0	2
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	4	2	7	7	4
IX. Doenças do aparelho circulatório	9.254	9.626	9.988	10.505	10.766
X. Doenças do aparelho respiratório	1.988	2.394	2.486	2.841	2.940
XI. Doenças do aparelho digestivo	1.537	1.621	1.636	1.777	1.787
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	69	65	86	94	136
XIII.Doençassist osteomuscular e tec conjuntivo	72	77	83	96	89
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	493	507	629	706	777
XV. Gravidez parto e puerpério	89	113	107	114	109
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	2.587	2.794	2.736	2.795	2.429
XVII.Malfcongdeformid e anomalias cromossômicas	405	414	472	457	436
XVIII.Sint sinais e achadanormexclín e laborat	1.924	1.937	1.741	1.682	1.768
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	1	0	0	0	2
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	4.827	5.235	5.800	5.590	5.575
XXI. Contatos com serviços de saúde	0	0	0	0	0
XXII.Códigos para propósitos especiais					
Total	31.013	33.190	34.397	35.946	36.315

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET) Data da consulta:

Análises e considerações ano base 2018

Em 2018(resultado parcial) foram registrados no Sistema de Informação de Mortalidade _SIM 34276 óbitos não fetais, representando 96,90% do total de registros de óbitos quando comparamos com o número esperado de registros que permanece em 35.369 óbitos/ano, isso configura uma taxa bruta de mortalidade de 4,92/1000hab para o Maranhão.

Segundo a classificação dos grandes grupos de causas em mortalidade, utilizando a fonte de informações do banco do SIM/SES/MA, demonstra que permanecem como principal grupo de mortalidade, as doenças do aparelho circulatório representando 30,47 %, detendo como as principais causas de óbito deste grupo: Infarto, AVC e Hipertensão Arterial, Insuficiência Cardíaca e Doença cardíaca hipertensiva o que representa 7.171 óbitos (68,62%) de todas causas em mortalidade do Aparelho Circulatório.

Osóbitos por causas externas (acidentes e violências) representam o segundo grande grupo de causas em mortalidade, tendo sido registrados 4733 óbitos, o que representa 13,80% do geral de óbitos ocorridos em 2018, detendo como principais causas em mortalidade neste grupo as agressões representando 41,51 % (1965 óbitos) seguida dos acidentes de transporte com 28,84% (1365 óbitos).

As neoplasias (tumores com 4343 óbitos) representam o terceiro grande grupo das principais causas em mortalidade do Estado, dando ênfase as neoplasias com maiores ocorrências na população neoplasia de brônquios e pulmões (13,33%), neoplasia de Próstata (8,82%) e neoplasia de Colo de útero (8,32%).

Observa-se ainda que as doenças infecciosas e parasitárias, apesar de representar 0,2% dos óbitos na população maranhense com um percentual de 4,9% (1681) no geral dos grandes grupos de causas em mortalidade em 2018, detém como principais causas deste grupo especifico as septicemias (37,35%) e os óbitos por Doenças pelo Vírus da Imunodeficiência Adquirida ¿ HIV com 23,61%.

Constata-se que do primeiro grupo das grandes causas em mortalidade, a mortalidade devido as doenças do aparelho circulatório prevaleceram as faixas etárias acima de 60 anos representando 79,71%. Na mortalidade por causas externas prevalece as faixas etárias de 15 a 49 anos representando 71,41% do total de óbitos neste grupo. As neoplasias prevalecem nas faixas etárias de 50 anos, com representação de 80,49% do total de óbitos por câncer na população maranhense.

A situação em saúde demonstrada requer a melhoria das ações de promoção e prevenção das Doenças Crônicas Não Transmissíveis-DCNT, para que não continue a resultar consequências devastadoras para os indivíduos, famíliase comunidades, e na gestão pública a sobrecarregando os custos no SUS em caráter de média e alta complexidade. Assim como a implementação de políticas de educação para o trânsito e o enfretamento de todas as variedades de violências.

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

A disponibilização dos dados do SIS AB, SIA e SIH, no DGMP, depende do prazo de publicação, respectivamente, pelos DESF/SAPS e DRAC/SAES

4.1. Produção de Atenção Básica

Complexidade: Atenção Básica

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatóriais
	Qtd. aprovada
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	298.831
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	1.721.133
03 Procedimentos clínicos	2.402.478
04 Procedimentos cirúrgicos	916.301
Total	**5.338.743**

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)
Data da consulta: 19/12/2019.

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informacões Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	20	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	62.870	2.036.589,62	169	38.102,45
03 Procedimentos clínicos	34.887	259.424,33	72.262	63.639.871,44
04 Procedimentos cirúrgicos	41.372	1.258.088,22	43.217	38.550.985,70
05 Transplantes de orgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	6.502	43.576,50	-	-
Total	**145.651**	**3.597.678,67**	**115.648**	**102.228.959,59**

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 19/12/2019.

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Sistema de Informações Ambulatoriais		
Forma de Organização	Qtd. aprovada	Valor aprovado
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	120.689	335.675,62
Sistema de Informacões Hospitalares		
Forma de Organização	**AIH Pagas**	**Valor total**
030317 Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais	1.401	1.833.728,53

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 19/12/2019.

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	Sistema de Informacões Hospitalares

	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	456.160	1.290.426,54	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	9.673.583	61.685.312,44	246	59.921,43
03 Procedimentos clínicos	16.077.525	121.579.244,25	80.575	73.338.581,82
04 Procedimentos cirúrgicos	1.021.851	5.055.165,26	69.256	63.833.677,50
05 Transplantes de orgãos, tecidos e células	1.085	29.837,50	1	635,00
06 Medicamentos	6.622.194	7.158.062,64	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	5.081	841.395,28	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	128.319	6.026.944,95	-	-
Total	**33.985.798**	**203.666.388,86**	**150.078**	**137.232.815,75**

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 19/12/2019.

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Subgrupo proced: 0604 Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
06 Medicamentos	6.622.194	7.158.062,64
Total	**6.622.194**	**7.158.062,64**

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)
Data da consulta: 19/12/2019.

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	4.248	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	10.517	-
Total	**14.765**	**-**

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Data da consulta: 19/12/2019.

- Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS

Ressalta-se que a análise e considerações foram realizadas no Relatório Anual de Gestão 2018 anexado abaixo, no modelo que foi repassado pelo NEMS, pois o sistema ainda não estava disponível.

4.Dados da Produção de Serviços no SUS

4.1 Produção de Atenção Básica

Complexidade: Atenção Básica

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais
	Qtd. aprovada
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	298.831
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	1.721.133
03 Procedimentos clínicos	2.402.478
04 Procedimentos cirúrgicos	916.301

08 Ações complementares da atenção à saúde	
Total	5.338.743

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) Data da consulta: 21/03/2019.

4.2 Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	20			
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	62.870	2.036.589,62	169	38.102,45
03 Procedimentos clínicos	34.887	259.424,33	72.265	63.645.197,44
04 Procedimentos cirúrgicos	41.372	1.258.088,22	43.215	38.549.630,40
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células				
06 Medicamentos				
07 Órteses, próteses e materiais especiais				
08 Ações complementares da atenção à saúde	6.502	43.576,50		
Total	**145.651**	**3.597.678,67**	**115.649**	**102.232.930,29**

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) Data da consulta: 21/03/2019.

4.3 Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Forma organização: 030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial, 030317 Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais

Forma organização	**Sistema de Informações Ambulatoriais**		**Sistema de Informações Hospitalares**	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	120.689	335.675,62		
030317 Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais			1.401	1.833.728,53

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) eSistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) Data da consulta: 21/03/2019

4.4 Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total

01 Ações de promoção e prevenção em saúde	153.081	1.290.426,54		
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	7.952.450	61.685.312,44	246	59.921,43
03 Procedimentos clínicos	13.675.047	121.579.244,25	80.578	73.343.907,82
04 Procedimentos cirúrgicos	105.550	5.055.165,26	69.255	63.832.896,91
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	1.085	29.837,50	273	1.714.064,90
06 Medicamentos	6.622.194	7.158.062,64		
07 Órteses, próteses e materiais especiais				
08 Ações complementares da atenção à saúde				
Total	**28.509.407**	**196.798.048,63**	**150.352**	**138.950.791,06**

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) Data da consulta: 21/03/2019.

4.5 Produção de Assistência Farmacêutica (Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual)

Subgrupo procedimento: 0604 Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
06 Medicamentos	6.622.194	7.158.062,64

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) Data da consulta: 21/03/2019.

4.6 Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais
	Qtd. aprovada
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	4.248
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	10.517
Total	14.765

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) Data da consulta: 21/03/2019

Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS

Para a análise destes dados, iremos fazer alguns comparativos em relação ao ano anterior por meio de informações do sistema SIA/SUS e SIH/SUS, pois estas informações não faziam parte do relatório de 2017, passando a serem incluídos no sistema DigiSUS para elaboração do RAG 2018.

Os dados da produção de serviços em saúde apresentadas nessas tabelas, retratam as políticas executadas pela gestão no ano de 2018, desde a atenção básica até a assistência de média e alta complexidade. No quadro 1, observa-se que foram realizadas mais de 5 milhões de procedimentos de atenção básica, sendo que 45% referente aos procedimentos clínicos e 32% com finalidade diagnóstico, além disso 6% foram referentes as ações de promoção e prevenção em saúde.

A produção ambulatorial de urgência e emergência, segundo o grupo de procedimentos, foi de 34.887 para procedimentos clínicos e 41.372 para procedimentos cirúrgicos, o que corresponde aos valores aprovados, R$ 259.424,22 e 1.258.088,22, respectivamente. Já a produção hospitalar nesse caráter de atendimento, resultou em AIH paga para 72.265

procedimentos clínicos, resultando em um valor de R$ 63.645.197,44 e 43.215 procedimentos cirúrgicos de AIH¿s paga, perfazendo o valor correspondente de R$ 38.549.630,40.

Por sua vez, a produção ambulatorial especializada e hospitalar, no caráter de média e alta complexidade, por grupo de procedimento, no ano de 2018 foi de 13.675.047 procedimentos clínicos aprovados, correspondendo um valor total de R$ 121.579.244,25, e 105.550 procedimentos cirúrgicos, que resultou em R$ 5.055.165,26. Já a produção hospitalar, com base nas AIH¿s pagas, por grupo, foi de 80.578 procedimentos clínicos, resultando R$ 73.343.907,82 e 69.255 procedimentos cirúrgicos, gerando um valor total de R$ 63.832.896,91.

O número de procedimentos na atenção básica no ano de 2018 teve uma variação positiva de 38,94% em relação ao ano de 2017, quando apresentou um total de 3.842.506 procedimentos. Por sua vez, a produção de urgência e emergência caiu 30,17% comparado ao mesmo período, claro que isso deve-se ao aumento das ações de prevenção na linha da atenção primária, que retrata esse resultado, pois quando aumenta as ações na atenção primária, tem-se uma tendência a redução nos atendimentos de urgência e emergência nos estabelecimentos de saúde.

Em se tratando de produção ambulatorial especializada e hospitalar, sob gestão estadual, no ano de 2018 obteve-se um total de 28.509.407 e 150.352 AIH¿s aprovadas, resultando em R$ 196.798.048,63 e 138.950.791,06, respectivamente. Ao observarmos a tabela, destaca-se que foram realizados mais de 69 mil procedimentos cirúrgicos, representando um aumento de 19,80% em relação ao ano anterior. As produções de Atenção Psicossocial, foram de 120.689 atendimento/acompanhamento psicossocial e 1.401 tratamentos dos transtornos mentais e comportamentais.

Por fim, destaca-se também as ações de Vigilância em Saúde no ano de 2018, na qual foram realizados 14.765 procedimentos entre ações de prevenção em saúde e com finalidade diagnóstico. Além disso, a produção da Assistência Farmacêutica, referente ao componente especializado, que apresentou uma quantidade de 6.622.194 medicamentos, garantindo assim, o recurso aprovado na ordem de R$ 7.158.062,64.

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

A disponibilização dos dados do SCNES, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DRAC/SAES.

Período 12/2018

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos				
Tipo de Estabelecimento	**Dupla**	**Estadual**	**Municipal**	**Total**
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	0	0	128	128
FARMACIA	0	2	45	47
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	6	5	1799	1810
TELESSAUDE	0	0	2	2
HOSPITAL GERAL	17	34	145	196
HOSPITAL ESPECIALIZADO	0	11	12	23
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	0	3	98	101
CENTRAL DE REGULACAO MEDICA DAS URGENCIAS	0	0	10	10
CENTRAL DE NOTIFICACAO,CAPTACAO E DISTRIB DE ORGAOS ESTADUAL	0	1	1	2
LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA	0	1	10	11
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	2	28	122	152
UNIDADE MISTA	3	1	40	44
POSTO DE SAUDE	0	0	489	489
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	0	3	39	42
CONSULTORIO ISOLADO	0	0	31	31
PRONTO SOCORRO GERAL	0	0	4	4
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	1	218	219
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	8	40	167	215
PRONTO SOCORRO ESPECIALIZADO	0	0	1	1
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	0	1	208	209
CENTRO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA	0	0	45	45
POLO ACADEMIA DA SAUDE	0	0	83	83
UNIDADE DE ATENCAO A SAUDE INDIGENA	0	0	46	46
POLICLINICA	2	2	12	16
CENTRO DE PARTO NORMAL - ISOLADO	0	0	3	3
HOSPITAL/DIA - ISOLADO	0	1	2	3
PRONTO ATENDIMENTO	0	11	9	20
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	0	3	20	23
Total	**38**	**148**	**3789**	**3975**

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS
Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 15/10/2019.

5.2. Por natureza jurídica

Período 12/2018

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	**Municipal**	**Estadual**	**Dupla**	**Total**
ADMINISTRACAO PUBLICA				
CONSORCIO PUBLICO DE DIREITO PUBLICO (ASSOCIACAO PUBLICA)	0	0	1	1
ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	46	0	0	46
MUNICIPIO	3294	2	21	3317
ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	254	0	0	254
ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL	17	97	0	114
FUNDACAO PUBLICA DE DIREITO PUBLICO FEDERAL	0	1	0	1
AUTARQUIA MUNICIPAL	3	0	0	3
ENTIDADES EMPRESARIAIS				
EMPRESARIO (INDIVIDUAL)	50	3	0	53
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIA)	16	1	1	18
SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	2	1	2	5
SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	91	12	7	110
SOCIEDADE SIMPLES PURA	1	1	0	2
ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS				
FUNDACAO PRIVADA	1	0	0	1
ASSOCIACAO PRIVADA	11	30	6	47
ENTIDADE SINDICAL	1	0	0	1
PESSOAS FISICAS				
PESSOAS FÍSICAS	2	0	0	2
Total	**3789**	**148**	**38**	**3975**

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS
Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 15/10/2019.

5.3. Consórcios em saúde

O ente não está vinculado a consórcio público em saúde

- Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

Ressalta-se que a análise e considerações foram realizadas no Relatório Anual de Gestão 2018 anexado abaixo, no modelo que foi repassado pelo NEMS, pois o sistema ainda não estava disponível.

1. **Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS**

5.1 Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos e gestão.

Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
ACADEMIA DA SAÚDE	-	-	85	85
CENTRAL DE REGUALAÇÃO	-	4	20	24
CENTRAL DE REGULAÇÃOMÉDICA DAS URGÊNCIAS	-	-	10	10
CENTRO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA-CASF	-	-	45	45
CENTRO DE ATENÇÃO HEMOTERÁPICA E/OU HEMATOLÓGICA	-	-	2	2

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS	-	3	98	101
CENTRO DE PARTO NORMAL	-	-	3	3
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA DE SAUDE	6	5	1.810	1.821
CENTRAL DE NOTIF. CAPTAÇÃO E DISTR. ÓRGÃOS ESTADUA	-	1	1	2
CLINICA ESPECIALIZADA/AMBULATORIO ESPECIALIZADO	11	42	755	808
CONSULTORIO	-	-	558	558
COOPERATIVA	-	-	2	2
FARMACIA	-	2	50	52
HOSPITAL ESPECIALIZADO	1	11	17	29
HOSPITAL GERAL	17	34	168	219
HOSPITAL DIA	-	1	5	6
LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA	-	1	11	12
POLICLINICA	2	2	135	139
POSTO DE SAUDE	-	-	491	491
PRONTO ANTEDIMENTO	-	11	9	20
PRONTO SOCORRO ESPECIALIZADO	-	-	2	2
PRONTO SOCORRO GERAL	-	-	4	4
SECRETARIA DE SAUDE	-	1	218	219
SERVICO DE ATENCAO DOMICILIAR ISOLADO(HOME CARE)	-	-	12	12
UNIDADE DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA	-	-	46	46
UNIDADE DE SERVICO DE APOIO DE DIAGNOSE E TERAPIA	2	31	441	474
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	-	1	209	210
UNIDADE MISTA	3	1	43	47
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSP-URGENCIA/EMERGENCI	-	-	133	133
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	-	3	40	43
TELESAÚDE	-	-	3	3
TOTAL	42	154	5.426	5.622

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) Data da consulta: 21/03/2019

5.2 Rede Física de Estabelecimentos de Saúde por Natureza Jurídica

Natureza Jurídica	Dupla	Estadual	Municipal	Total
1. Administração Pública	**22**	**101**	**3.631**	**3.754**
101-5 Órgão Público do Poder Executivo Federal	-	-	46	46
102-3 Órgão Público do PoderExecutivo Estadual ou do Distrito Federal	-	98	17	115
103-1 Órgão Público do Poder Executivo Municipal	-	-	254	254
111-2 Autarquia Estadual ou do Distrito Federal	-	-	1	1

112-0 Autarquia Municipal	-	-	3	3
113-9 Fundação Pública de Direito Público Federal	-	1	-	1
121-0 Consórcio Público de Direito Público (Associação Pública)	1	-	-	1
124-4 Município	21	2	3.310	3.333
2. Entidades Empresariais	**14**	**23**	**1.519**	**1.556**
204-6 Sociedade Anônima Aberta	-	-	1	1
205-4 Sociedade Anônima Fechada	-	-	3	3
206-2 Sociedade Empresária Limitada	11	16	917	944
213-5 Empresário (Individual)	-	4	338	342
214-3 Cooperativa	-	-	6	6
223-2 Sociedade Simples Pura	-	1	33	34
224-0 Sociedade Simples Limitada	2	1	119	122
230-5 Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)	1	1	99	101
231-3 Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Simples)	-	-	3	3
3. Entidades sem Fins Lucrativos	**6**	**32**	**37**	**75**
306-9 Fundação Privada	-	-	1	1
307-7 Serviço Social Autônomo	-	-	1	1
313-1 Entidade Sindical	-	-	2	2
399-9 Associação Privada	6	32	33	71
4. Pessoas Físicas	**-**	**-**	**244**	**244**
401-4 Empresa Individual Imobiliária	-	-	1	1
TOTAL	**42**	**156**	**5.431**	**5.629**

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) Data da consulta: 21/03/2019

5.3 Consórcios em saúde

No ano de 2018, o Estado do Maranhão não participou de Consórcios em Saúde.

Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadoras de Serviços no SUS

Ao analisarmos os dados referente a rede física de saúde no Estado do Maranhão, podemos destacar que no ano de 2018 houve uma ampliação de 3,36% no número de estabelecimentos prestadores de serviços de saúde sob gestão estadual, em relação ao ano de 2017, quando era de 149 estabelecimentos. Os tipos de estabelecimentos que tem maior representatividade na gestão de saúde do Estado, são os hospitais especializados/hospital geral com 29,22%, as clinicas especializadas/ambulatórios especializados com 27,27% e os serviços de apoio e diagnósticos e terapia com 20,13%, reforçando a participação maior na assistência de média e alta complexidade da saúde do Estado. Importante destacar, que 7,76% do total dos hospitais gerais do Estado, ainda estão classificados com dupla gestão, ou seja, a gestão desses estabelecimentos é municipal e estadual.

No que se refere a análise dos dados pela natureza jurídica dos estabelecimentos prestadores de serviços em saúde no Estado, do total de 5.629 estabelecimentos, 66,69% são da administração pública. Destes, 96% são do poder público municipal, 3% da administração estadual e 1% representa o percentual de estabelecimento da esfera federal.

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

A disponibilização dos dados do SCNES, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DRAC/SAES.

Período 01/2018

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**CBOs médicos**	**CBOs enfermeiro**	**CBOs (outros) nível superior**	**CBOs (outros) nível médio**	**CBOs ACS**
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	1.228	1.115	1.697	10.766	14.267
	Intermediados por outra entidade (08)	98	4	6	3	0
	Autônomos (0209, 0210)	118	38	17	74	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	65	41	87	12	0
	Bolsistas (07)	335	1	1	1	7
	Informais (09)	56	11	37	103	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Intermediados por outra entidade (08)	12	1	12	1	0
	Celetistas (0105)	142	192	253	1.307	0
	Autônomos (0209, 0210)	583	53	518	101	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	1	2	1	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	20	1	26	4	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	0	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**CBOs médicos**	**CBOs enfermeiro**	**CBOs (outros) nível superior**	**CBOs (outros) nível médio**	**CBOs ACS**
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	3.318	1.598	4.255	9.875	1.274
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	275	67	297	419	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 06/09/2021.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação					
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	0	506	987	1.693
	Celetistas (0105)	8.472	9.961	10.229	10.670
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	3	39	38	6
	Informais (09)	0	19	34	34
	Intermediados por outra entidade (08)	0	22	14	28
		0	0	0	0
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Autônomos (0209, 0210)	0	348	1.030	1.870
	Bolsistas (07)	0	2.284	3.528	4.955
	Celetistas (0105)	6	108	57	39
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	285.541	314.253	339.910	360.659
	Informais (09)	0	9.920	11.563	6.633

	Intermediados por outra entidade (08)	0	220	913	1.360
	Residentes e estagiários (05, 06)	115	114	130	949
		0	0	0	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão					
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	0	2.780	4.808	5.935
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	7.502	113.752	185.341	255.336

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 06/09/2021.

- Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

Ressalta-se que a análise e considerações foram realizadas no Relatório Anual de Gestão 2018 anexado abaixo, no modelo que foi repassado pelo NEMS, pois o sistema ainda não estava disponível.

Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS sob Gestão Estadual

Tipo de Vinculo	Profissionais				
	Médicos	Enfermeiros	Outro Nível Superior	Outro Nível Médio	Total
Estatutário e Empregado Público	212	589	692	2.789	4.282
Autônomo	843	25	87	126	1.081
Celetista	57	86	105	109	357
Residentes e estagiários	22				22
Bolsistas	01		06	01	8
Intermediados por outra entidade	1.290	1.378	1.158	4.863	8.689
Informais	01	01	02		4
Contratos temporários e cargos em comissão	169	186	478	1.125	1.958
TOTAL	**2.595**	**2.265**	**2.528**	**9.013**	**16.401**

Fonte: CNES/MS, Consulta: 25/03/2019

Analise e Considerações sobre Profissionais Trabalhando no SUS

Os dados aqui apresentados, tem como base o mês de dezembro de 2018, extraído do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), o número de profissionais vinculados a Gestão Estadual de Saúde, perfaz um total de 16.401. Destes, 16% são médicos, 14% são enfermeiros, 15% são de outro nível superior e55% são profissionais de nível médio. A maioria dos profissionais, 53% estão enquadrados no vinculo intermediado por outras entidades, aqui destaca a participação das Organizações Sociais ou Terceirizados, 26% com vinculo de estatutário e empregado público e 12% contratos temporários e cargo comissionados, e 9% sob os outros tipos de vínculos.

7. Programação Anual de Saúde - PAS

7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado com ênfase na humanização, equidade e no atendimento às necessidades de saúde, aprimorando a Política de Atenção Básica, especializada, ambulatorial e hospitalar e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS

OBJETIVO Nº 1.1 - Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar, e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2016-2019)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Incentivar a ampliação de 445 de Equipes de estratégia Saúde da Família (ESF), passando de 1.908 para 2.353 equipes até 2019	Número de equipes de ESF ampliadas	Número	2016	1.908	2.353	223	Número	188,00	84,12
Ação Nº 1 - orientações sobre o cumprimento da Política Nacional de Atenção Básica									
Ação Nº 2 - Melhora na cobertura de Estratégia de Saúde da Família									
2. Incentivar a ampliação de Agente Comunitário de Saúde (ACS) nas 19 Regiões de Saúde	Número de Agentes Comunitários de Saúde	Número	2015	15.825	17.421	290	Número	117,00	40,34
Ação Nº 1 - Instituir a Política Estadual de Cofinanciamento da Atenção Primária em Saúde através da transferência de recursos Fundo a Fundo para fortalecimento das ações desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes Comunitários de Endemias nos mu									
3. Ampliar a Força estadual de Saúde	Números de municípios Ampliados pela Força Estadual	Número	2015	30	32	32	Número	32,00	100,00
Ação Nº 1 - Manter a Força Estadual de Saúde, através das Equipes de saúde de referência, com foco nos 30 municípios do Plano Mais IDH.									
4. Incentivar a implantação de 223 Equipes de Saúde Bucal (ESB), passando de 1.231 para 1.454 equipes, até 2019 nas 19 Regiões de Saúde;	Número de equipes de Saúde Bucal ampliadas	Número	2015	1.231	1.454	159	Número	73,00	45,91
Ação Nº 1 - Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde Bucal através de insumos estratégicos: implantar 01 CEO Estadual, 01 LRPD Macro-Regional e Equipar 03 Hospitais Estaduais com consultórios odontológicos									
5. Implementar o Controle da Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus, construindo a Linha de Cuidado para os portadores desses agravos nas 19 Regiões de Saúde	Proporção de internações por condições sensíveis à Atenção Básica	Proporção	2015	27,22	26,00	27,22	Proporção	10,00	36,73
Ação Nº 1 - Projeto de Cuidado Integral do Controle da Hipertensão Arterial Sistêmica/HAS, do Diabetes Mellitus/DM e do Diabetes Mellitus Gestacional/DMG									
6. Fomentar a implantação/implementação das Políticas de Promoção da Equidade em Saúde nas 19 Regiões, contribuindo para melhorar o acesso,acolhimento,condições de saude e redução da morbimortalidade da População Negra/Quilombola, de Religião de Matriz Africana, Cigana, Albina,do Campo, da Floresta,das Àguas, LGBT, Pessoas em Situação de Rua e Indigena d	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	Número	2016	10	19	10	Número	19,00	190,00
Ação Nº 1 - Execução do projeto de qualificação e Aperfeiçoamento técnico da Atenção Primária em Saúde									

OBJETIVO Nº 1.2 - Aumentar a oferta de serviços à população do Estado do Maranhão nas áreas de hemoterapia (captação de candidatos a doação, coleta de bolsas de sangue, processamento e distribuição do sangue, seus componentes e derivados) e Hematologia(atendimento a pessoas portadoras de hemopatia)									
Descrição da Meta	**Indicador para monitoramento e avaliação da meta**	**Unidade de medida**	**Ano - Linha-Base**	**Linha-Base**	**Meta Plano(2016-2019)**	**Meta 2018**	**Unidade de medida - Meta**	**Resultado Anual**	**% meta alcançada da PAS**
1. Aumentar de 921.684 para 1.053.000 o total de procedimentos destinados à obtenção de sangue, seus componentes e derivados , considerando-se toda a Hemorrede;	Número de procedimentos hemoterápicos	Número	2015	921.684	1.053.000	1.053.000	Número	391.305,00	37,16
Ação Nº 1 - Garantir a oferta e o acesso nas áreas de Hemoterapia e Hematologia á população do estado.									
2. Aumentar de 87.553 para 90.000 o total de consultas médicas em atenção especializa(hematólogicas,clinica médica e pediátricas)da	Número de consultas especializadas realizadas	Número	2015	87.553	90.000	90.000	Número	24.992,00	27,76
Ação Nº 1 - Ampliar oferta de atendimento da rede de serviços em saúde									
3. Aumentar 48.000 para 52.000 o total de atendimentos multidisciplinares em atenção especializada	Número de atendimentos multidisciplinares realizados	Número	2015	48.000	52.000	52.000	Número	16.112,00	30,98
Ação Nº 1 - Ampliar oferta de atendimento da rede de serviços em saúde									

OBJETIVO Nº 1.3 - Garantir a Integralidade da Assistência dos serviços de Média e Alta Complexidade aos usuários do SUS									
Descrição da Meta	**Indicador para monitoramento e avaliação da meta**	**Unidade de medida**	**Ano - Linha-Base**	**Linha-Base**	**Meta Plano(2016-2019)**	**Meta 2018**	**Unidade de medida - Meta**	**Resultado Anual**	**% meta alcançada da PAS**
1. Ampliar a cobertura do SAMU nas Regiões de Saúde.	Cobertura ampliada pelo SAMU	Percentual	2015	60,86	76,24	76,24	Percentual	76,24	100,00
Ação Nº 1 - Apoiar os municípios na implantação do SAMU com a transferência da contrapartida estadual realizando acompanhamento e monitoramento por meio de visitas técnicas, visando à melhoria e continuidade dos serviços implantados nos 35 municípios onde estão									
2. Garantir o atendimento de 100% dos pacientes que necessitam de Tratamento Fora do Domicilio	Nùmero de Atendimentos realizados	Número	2016	8.487	248.800	248.800	Número	245.000,00	98,79
Ação Nº 1 - Garantir o atendimento de 100% dos pacientes que necessitam de Tratamento Fora do Domicilio (interestadual).									
3. Garantir a apuração de 70% das denuncias provenientes da ouvidoria e de outras istituições do Estado	Percentual de de denuncias apuradas	Percentual	2015	50,00	70,00	70,00	Percentual	50,00	71,42
Ação Nº 1 - Capacitação de Técnicos das Secretarias Municipais de Saúde ¿ SEMUS, da Secretaria de Estado da Saúde e Ouvidores Municipais em Ouvidoria.									
4. Descentralizar ações de auditoria em Unidades regionais	Unidades Regionais com ações de auditoria	Número	2015	10	19	10	Número	19,00	190,00
Ação Nº 1 - Realizar ações de auditorias em saúde.									
5. Garantir a realização de contrato de metas em estabelecimentos de saúde quer prestam serviços de Média e Alta Complexidade no Estado;	Estabelecimentos de saúde contratados	Número	2015	34	45	41	Número	42,00	102,43
Ação Nº 1 - Celebrar Contrato ou Convênio com estabelecimentos de saúde de natureza público e privados sob gestão estadual, para atendimento às Pessoas que demandam os serviços ambulatoriais e hospitalares de média e alta complexidade									

6. Aumentar o n° de Doadores Efetivos de Órgãos	Número de doador efetivo por milhão de população	Número	2016	18	35	14	Número	9,00	64,28
Ação Nº 1 - Ampliar o nº de doadores de órgãos efetivos, por milhão de pop do Estado									
7. Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde especializados	Número de atendimento ampliados	Número	2015	23.664.686	24.396.236	24.396.236	Número	2.072.566,00	8,49
Ação Nº 1 - Ampliar oferta de atendimento da rede de serviços em saúde									

OBJETIVO Nº 1.4 - Ampliar o acesso da população a medicamentos, promover o uso racional e qualificar a Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2016-2019)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Ampliar de 162.450 atendimentos/ano para 172.000 usuários/ano,o acesso aos medicamentos dos Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	Numero de pessoas atendidas	Número	2015	162.450	172.000	170.000	Número	236.829,00	139,31
Ação Nº 1 - Garantir a gestão dos Medicamentos Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (Portaria GM/MS nº 1.554 de30/07/2013, alterada pela portaria GM/MS nº 1.996 de 11/09/2013) e dos Programas da SES-MA									
2. Garantir a comtrapartida estadual aos 217 municípios , para aquisição dos medicamentos e insumos do Componente Básico da Assistência Farmaceutica de acordo com a Portaria GM/MS 1555 de 30/07/2013	municípios beneficiados	Número	2015	217	217	217	Número	217,00	100,00
Ação Nº 1 - Transferência de recurso financeiro da contrapartida estadual aos 217 municípios para fazerem aquisição dos medicamentos e Insumos para insulinos dependentes do Componente Básico da Assistência Farmacêutica e conforme Portaria GM/MS nº 1.555 de 30/07									

OBJETIVO Nº 1.5 - Concluir as Construções dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde EAS, bem como a Adequação Física das EAS existentes com os seus respectivos aparelhamentos.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2016-2019)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Implantação de Centros de Hemodiálise em 07(sete) sede de Regiões de Saúde	Número de Centro de Hemodiálise Concluídas	Número	2016	0	7	7	Número	2,00	28,57
Ação Nº 1 - Construir 07(sete) Centros de Hemodiálise									
2. Ampliar a Atenção Hospitalar na Conclusão das EAS nas 19 Regiões de Saúde.	Número de Unidades Concluídas	Número	2015	5	11	3	Número	5,00	166,66
Ação Nº 1 - Reformar, ampliar e adequar 03 (três) EAS, na capital e no interior.									

DIRETRIZ Nº 2 - Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde.

OBJETIVO Nº 2.1 - Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2016-2019)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS

1. Reduzir a taxa de mortalidade infantil no Estado do Maranhão de 25,07/1000 nascidos vivos para 23,66/1000 nascidos vivos	Taxa de mortalidade infantil	Taxa	2015	25,07	23,66	23,07	Taxa	15,69	68,01
Ação Nº 1 - Manter a Força Estadual de Saúde, através das Equipes de Saúde de Referência, com foco nos 30 municípios do Plano Mais IDH									
2. Implantar ações e serviços de referência em saúde a 100% (cem) das pessoas privadas de liberdade	Ações e serviços de referência implantados para pessoas privadas de liberdade	Percentual	2016	80,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Promover Ações de Saúde Mental no Sistema Prisional do MA para implementação da Politica Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade									

OBJETIVO Nº 2.2 - Ampliar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede deCuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2016-2019)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Reduzir a taxa de Mortalidade Materna de 83,5 para 81,51 por 100.000 nascidos vivos	Taxa de Mortalidade Materna	Taxa	2015	83,50	81,51	81,51	Taxa	69,12	0
Ação Nº 1 - Estruturação da Rede Materno-Infantil do Maranhão ¿ Termo de Cooperação com OPAS									
2. Apoiar a implantação de 10 Unidades de Acolhimento (UA) para adultos, adolescentes e crianças com problemas devido ao uso de drogas acompanhadas pelos CAPS	Ações de Matriciamento Sistemático realizados por CAPS com equipes de Atenção básica	Número	2015	1	10	10	Número	0	0
Ação Nº 1 - Realizar ações de acompanhamento integrado e contínuo,monitoramento e avaliação técnica junto aos serviços de saúde mental									

OBJETIVO Nº 2.3 - Melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população maranhense, mediante a promoção de práticas alimentares saudáveis, a Vigilância Alimentar e Nutricional, a prevenção e o cuidado integral doa agravos relacionados à alimentação e nutrição.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2016-2019)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Incentivar e apoiar os municípios maranhenses a elevarem anualmente em 10%, o universo de crianças de 06 a 48 meses de idade com sachês de vitaminas e minerais ao acesso da Estratégia de Fortificação da Alimentação Infantil	Municípios com crianças de 06 a 48 meses de idade suplementadas com sachês de vitamina e minerais	Percentual	2016	37,97	50,00	50,00	Percentual	10,00	20,00
Ação Nº 1 - Promover a Política de Alimentação e Nutrição nos diferentes ciclos da vida através da execução do Projeto de Qualificação e Aperfeiçoamento Técnico da Atenção Primária em Saúde									
2. Fortalecer e organizar a atenção nutricional para população acometida por carências de micronutrientes, tais como: hipovitaminose A, beribéri e anemia ferropriva nas 19 Regiões de Saúde.	Percentual de Internações Sensíveis a Atenção Básica especifica a carências e deficiências nutricionais	Percentual	2016	25,00	20,00	20,00	Percentual	10,00	10,00
Ação Nº 1 - Execução do projeto de qualificação e Aperfeiçoamento técnico da Atenção Primária em Saúde									

DIRETRIZ Nº 3 - Fortalecer as instâncias do Controle social e garantir o caráter deliberativo dos conselhos de saúde, ampliando os canais de interação com usuários, com garantia de transparência e participação cidadã

OBJETIVO Nº 3.1 - Aperfeiçoar o Sistema Estadual de Saúde para que a população tenha acesso integral a ações e serviços de qualidade e de forma oportuna, contribuindo assim para a melhoria das condições de saúde, pararedução de iniqüidades e para a promoção da qualidade de vida dos maranhenses.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2016-2019)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Fortalecer as instâncias de acompanhamento, pactuação e avaliação do Controle Social em Saúde	Número de Conselhos assistidos	Número	2015	217	217	217	Número	217,00	100,00
Ação Nº 1 - Garantir todas as condições necessárias para que os conselheiros e conselheiras exerçam o efetivo controle social dentro e fora do Estado									
2. Garantir as condições para a realização da 10ª Conferência Estadual de Saúde e de Conferências Temáticas de Saúde (mulher e da vigilância)	Número de Conferências realizadas	Número	2015	3	3	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Garantir as condições necessárias para que os Conselheiros exerçam o efetivo Controle Social dentro e fora do Estado									

DIRETRIZ Nº 4 - Fortalecer o papel do Estado na regulação do trabalho em saúde e ordenar, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, combatendo a precarização e favorecendo a democratização das relações de trabalho. Tudo isso considerando as metas de superação das demandas do mundo do trabalho nas áreas da saúde estabelecidas pela Década de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, iniciada em 2013.

OBJETIVO Nº 4.1 - Promover, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2016-2019)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Fortalecer as ações de Educação em Saúde nas 19 regiões de saúde	Regioes de Saúde fortalecidas	Número	2015	19	19	19	Número	19,00	100,00
Ação Nº 1 - Capacitar profissionais de nível médio e superior em saúde bucal e urgência/emergência									
2. Apoiar a implantação e implementação da Política de Educação Permanente em Saúde e da Politica de Educação Populater 100% dos municípios.	Municipios beneficiados	Número	2015	217	217	217	Número	217,00	100,00
Ação Nº 1 - Qualificação de profissionais em Educação em Saúde, Educação Popular e Educação Permanente para Trabalhadores do SUS e lideranças comunitárias									
3. Garantir a realização de 100% das ações previstas no Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde	Número de ações realizadas previstas no Plano	Número	2015	13	41	37	Número	37,00	100,00
Ação Nº 1 - Qualificar e formar profissionais de nível médio e superior que atendam os princípios do SUS									

DIRETRIZ Nº 5 - : Aprimorar a relação federativa no SUS, fortalecendo a gestão compartilhada nas regiões de saúde e com a revisão dos instrumentos de gestão, considerando as especificidades regionais e a concentração de responsabilidade dos municípios, visando oferecer ao cidadão o cuidado integral.

OBJETIVO Nº 5.1 - Fortalecer o Planejamento Estadual de forma ascendente, integrada e participativa									
Descrição da Meta	**Indicador para monitoramento e avaliação da meta**	**Unidade de medida**	**Ano - Linha-Base**	**Linha-Base**	**Meta Plano(2016-2019)**	**Meta 2018**	**Unidade de medida - Meta**	**Resultado Anual**	**% meta alcançada da PAS**
1. Potencializar as ações e serviços de saúde, garantindo a gestão da secretaria de Estado da saúde nas 19 regionais de Saúde	Unidades Regionais de Saúde estruturadas	Número	2015	19	19	19	Número	19,00	100,00
Ação Nº 1 - Garantir as condições necessárias para funcionamento e realização de ações e serviços de saúde nas Unidades Regionais de Saúde.									
2. Coordenar o processo de pactuação com os 217 municípios, a partir das responsabilidades sanitárias	Pactuação Estadual Realizada	Número	2015	217	217	217	Número	217,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizar seminário estadual sobre o pacto de indicadores 2017									
3. Apoiar os 217 municípios para que 100% estrurem e implementem os instrumentos de Gestão do SUS	Municípios apoiados	Número		217	217	217	Número	217,00	100,00
Ação Nº 1 - Oficina de trabalho de monitoramento e avaliação de processo de formulação, conteúdo e uso dos instrumentos do Planejamento- PPA, PAS, RAG e outros.									

DIRETRIZ Nº 6 - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violência no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

OBJETIVO Nº 6.1 - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicasnão transmissíveis, acidentes e violência no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.									
Descrição da Meta	**Indicador para monitoramento e avaliação da meta**	**Unidade de medida**	**Ano - Linha-Base**	**Linha-Base**	**Meta Plano(2016-2019)**	**Meta 2018**	**Unidade de medida - Meta**	**Resultado Anual**	**% meta alcançada da PAS**
1. Apoiar os municípios para o aumento de no mínimo, 90% a proporção de pessoas vivendo com HIV/AIDS, em tratamento há pelo menos 6 meses, com carga viral suprimida	Municípios apoiados com pessoas em tratamento	Percentual	2016	90,00	90,00	90,00	Percentual	88,00	97,77
Ação Nº 1 - Repasse para 03 projetos de Instituições de OSC/ONG habilitados na Seleção Pública que desenvolvem Ações de Prevenção e Promoção das DST/HIV/AIDS									
2. Apoiar os municípios prioritários para ampliar em 40% o acesso ao diagnóstico laboratorial de Hepatite C	Municípios apoiados na ampliação do diagnóstico laboratorial de hepatite C	Percentual	2016	33,00	40,00	40,00	Percentual	30,00	75,00
Ação Nº 1 - Repasse para 03 projetos de Instituições de OSC/ONG habilitados na Seleção Pública que desenvolvem Ações de Prevenção e Promoção das DST/HIV/AIDS									
3. Apoiar a oferta da testagem rápida em HIV, Sífilis e Hepatites B e C nos 217 municípios para o alcance do diagnóstico precoce	217 municípios com oferta de testagem rápida em HIV, Sífiles e Hepatites B e C	Percentual	2016	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Promover o Projeto de DST/AIDS e Hepatites Virais através do desenvolvimento de ações e serviços de Supervisão, Monitoramento, Mobilizações, Capacitações e Participações em eventos									
4. Reduzir a taxa de incidência de Sífilis de 2,9 para 2,0/1000 nascidos vivos	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	Percentual	2016	2,90	2,00	2,00	Percentual	1,00	50,00

Ação Nº 1 - Garantir logística e infraestrutura para realização das ações de Vigilância Epidemiológica, Prevenção, de Controle de Doenças e da promoção da saúde em nível central									
5. Descentralizar o acesso ao diagnóstico laboratorial de média e alta complexidade em 100% dos laboratórios regionais implantados	Núnero de laboratórios de média e alta complexidade descentralizados	Número	2016	0	6	3	Número	0	0
Ação Nº 1 - Estruturar, e implementar os laboratórios públicos para realização de exames de media e alta complexidade									
6. Ampliar o controle de qualidade dos procedimentos laboratoriais em 60% dos laboratórios cadastrados, até 2019;	Número de laboratórios cadastrados com controle de qualidade	Número	2016	0	183	10	Número	10,00	100,00
Ação Nº 1 - Garantir a realização do controle de qualidade dos exames de média e alta complexidade dos Laboratórios das URS									
7. Potencializar os serviços prestados pelo IOC/LACEN-MA para os 217 municípios do Estado.	Exames realizados	Número	2016	93.023	753.600	90.023	Número	80.856,00	89,81
Ação Nº 1 - Coordenar, normatizar e gerir os Laboratórios de Saúde Pública ampliando a oferta de diagnóstico laboratorial das doenças transmisíveis									

OBJETIVO Nº 6.2 - Reduzir a morbimortalidade por doenças transmissíveis, principalmente as imunopreveníveis e as não transmissíveis por meio de controle de doenças, promoção e recuperação da saúde .

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2016-2019)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Apoiar os 217 municípios para que 90% destes obtenham o alcance de 50% das metas dos indicadores pactuados	Número de municípios apoiados	Número	2016	217	217	217	Número	217,00	100,00
Ação Nº 1 - Garantir o deslocamento de técnicos para a realização de serviços e ações de monitoramento, supervisão e acessoramento aos municípios e participação em eventos de interesse da área									

OBJETIVO Nº 6.3 - Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2016-2019)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Atender 100% das notificações recebidas de queixas técnicas e desvios de qualidade no NOTIVISA de produtos sujeitos à VISA e das notificações recebidas pela Ouvidoria do SUS	Número de inspeções de risco realizadas	Número	2015	2.740	2.780	2.772	Número	2.740,00	98,84
Ação Nº 1 - Executar gerenciamento de risco sanitário e ambiental em produtos, serviços de saúde e áreas sujeitas a ação de VISA e VSA nas Regiões de Saúde									

DIRETRIZ Nº 7 - Implementar ações de saneamento básico e saúde ambiental, de forma sustentável, para a promoção da saúde e redução das desigualdades sociais.

OBJETIVO Nº 7.1 - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.									
Descrição da Meta	**Indicador para monitoramento e avaliação da meta**	**Unidade de medida**	**Ano - Linha-Base**	**Linha-Base**	**Meta Plano(2016-2019)**	**Meta 2018**	**Unidade de medida - Meta**	**Resultado Anual**	**% meta alcançada da PAS**
1. Ampliar em 5%, a cada ano, o Número de Amostras no controle da qualidade da água relativo aos parâmetros Coliformes Total, Cloro Residual Livre e Turbidez	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	Percentual	2015	13,30	30,00	20,70	Percentual	19,15	92,51
Ação Nº 1 - Executar ações de Vigilância Sanitária e Ambiental objetivando minimizar riscos e agravos á saúde da população									
2. Apoiar a descentralização das ações de Vigilância em Saúde Ambiental em municípios das 19 regiões de saúde	Número de ações de VSA e VISA descentralizadas	Número	2016	49	46	42	Número	45,00	103,00
Ação Nº 1 - Descentralizar Ações de Vigilância Sanitária e Ambiental									

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção			
Subfunções	**Descrição das Metas por Subfunção**	**Meta programada para o exercício**	**Resultados**
0 - Informações Complementares	Fortalecer as instâncias de acompanhamento, pactuação e avaliação do Controle Social em Saúde	217	217
	Potencializar as ações e serviços de saúde, garantindo a gestão da secretaria de Estado da saúde nas 19 regionais de Saúde	19	19
	Fortalecer as ações de Educação em Saúde nas 19 regiões de saúde	19	19
	Garantir as condições para a realização da 10ª Conferência Estadual de Saúde e de Conferências Temáticas de Saúde (mulher e da vigilância)	1	0
	Coordenar o processo de pactuação com os 217 municípios, a partir das responsabilidades sanitárias	217	217
	Apoiar a implantação e implementação da Política de Educação Permanente em Saúde e da Politica de Educação Populater 100% dos municípios.	217	217
	Garantir a realização de 100% das ações previstas no Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde	37	37
	Apoiar os 217 municípios para que 100% estrururem e implementem os instrumentos de Gestão do SUS	217	217
122 - Administração Geral	Garantir a apuração de 70% das denuncias provenientes da ouvidoria e de outras istituições do Estado	70,00	50,00
	Descentralizar ações de auditoria em Unidades regionais	10	19
301 - Atenção Básica	Incentivar a ampliação de 445 de Equipes de estratégia Saúde da Família (ESF), passando de 1.908 para 2.353 equipes até 2019	223	188
	Reduzir a taxa de Mortalidade Materna de 83,5 para 81,51 por 100.000 nascidos vivos	81,51	69,12
	Reduzir a taxa de mortalidade infantil no Estado do Maranhão de 25,07/1000 nascidos vivos para 23,66/1000 nascidos vivos	23,07	15,69
	Incentivar a ampliação de Agente Comunitário de Saúde (ACS) nas 19 Regiões de Saúde	290	117
	Apoiar a implantação de 10 Unidades de Acolhimento (UA) para adultos, adolescentes e crianças com problemas devido ao uso de drogas acompanhadas pelos CAPS	10	0
	Implantar ações e serviços de referência em saúde a 100% (cem) das pessoas privadas de liberdade	100,00	100,00
	Ampliar a Força estadual de Saúde	32	32

	Incentivar a implantação de 223 Equipes de Saúde Bucal (ESB), passando de 1.231 para 1.454 equipes, até 2019 nas 19 Regiões de Saúde;	159	73
	Implementar o Controle da Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus, construindo a Linha de Cuidado para os portadores desses agravos nas 19 Regiões de Saúde	27,22	10,00
	Fomentar a implantação/implementação das Políticas de Promoção da Equidade em Saúde nas 19 Regiões, contribuindo para melhorar o acesso,acolhimento,condições de saude e redução da morbimortalidade da População Negra/Quilombola, de Religião de Matriz Africana, Cigana, Albina,do Campo, da Floresta,das Àguas, LGBT, Pessoas em Situação de Rua e Indigena d	10	19
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Aumentar de 921.684 para 1.053.000 o total de procedimentos destinados à obtenção de sangue, seus componentes e derivados , considerando-se toda a Hemorrede;	1.053.000	391.305
	Implantação de Centros de Hemodiálise em 07(sete) sede de Regiões de Saúde	7	2
	Ampliar a cobertura do SAMU nas Regiões de Saúde.	76,24	76,24
	Aumentar de 87.553 para 90.000 o total de consultas médicas em atenção especializa(hematólogicas,clinica médica e pediátricas)da	90.000	24.992
	Ampliar a Atenção Hospitalar na Conclusão das EAS nas 19 Regiões de Saúde.	3	5
	Garantir o atendimento de 100% dos pacientes que necessitam de Tratamento Fora do Domicilio	248.800	245.000
	Aumentar 48.000 para 52.000 o total de atendimentos multidisciplinares em atenção especializada	52.000	16.112
	Garantir a realização de contrato de metas em estabelecimentos de saúde quer prestam serviços de Média e Alta Complexidade no Estado;	41	42
	Aumentar o n° de Doadores Efetivos de Órgãos	14	9
	Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde especializados	24.396.236	2.072.566
	Potencializar os serviços prestados pelo IOC/LACEN-MA para os 217 municípios do Estado.	90.023	80.856
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Ampliar de 162.450 atendimentos/ano para 172.000 usuários/ano,o acesso aos medicamentos dos Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	170.000	236.829
	Garantir a comtrapartida estadual aos 217 municípios , para aquisição dos medicamentos e insumos do Componente Básico da Assistência Farmaceutica de acordo com a Portaria GM/MS 1555 de 30/07/2013	217	217
304 - Vigilância Sanitária	Atender 100% das notificações recebidas de queixas técnicas e desvios de qualidade no NOTIVISA de produtos sujeitos à VISA e das notificações recebidas pela Ouvidoria do SUS	2.772	2.740
	Ampliar em 5%, a cada ano, o Número de Amostras no controle da qualidade da água relativo aos parâmetros Coliformes Total, Cloro Residual Livre e Turbidez	20,70	19,15
	Apoiar a descentralização das ações de Vigilância em Saúde Ambiental em municípios das 19 regiões de saúde	42	45
305 - Vigilância Epidemiológica	Apoiar os municípios para o aumento de no mínimo, 90% a proporção de pessoas vivendo com HIV/AIDS, em tratamento há pelo menos 6 meses, com carga viral suprimida	90,00	88,00
	Apoiar os 217 municípios para que 90% destes obtenham o alcance de 50% das metas dos indicadores pactuados	217	217
	Apoiar os municípios prioritários para ampliar em 40% o acesso ao diagnóstico laboratorial de Hepatite C	40,00	30,00
	Apoiar a oferta da testagem rápida em HIV, Sífilis e Hepatites B e C nos 217 municípios para o alcance do diagnóstico precoce	100,00	100,00
	Reduzir a taxa de incidência de Sífilis de 2,9 para 2,0/1000 nascidos vivos	2,00	1,00
	Descentralizar o acesso ao diagnóstico laboratorial de média e alta complexidade em 100% dos laboratórios regionais implantados	3	0
	Ampliar o controle de qualidade dos procedimentos laboratoriais em 60% dos laboratórios cadastrados, até 2019;	10	10
306 - Alimentação e Nutrição	Incentivar e apoiar os municípios maranhenses a elevarem anualmente em 10%, o universo de crianças de 06 a 48 meses de idade com sachês de vitaminas e minerais ao acesso da Estratégia de Fortificação da Alimentação Infantil	50,00	10,00
	Fortalecer e organizar a atenção nutricional para população acometida por carências de micronutrientes, tais como: hipovitaminose A, beribéri e anemia ferropriva nas 19 Regiões de Saúde.	20,00	10,00

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Categoria Econômica e Fonte de Recursos										
Subfunções	**Categoria Econômica**	**Recursos ordinários - Fonte Livre (R$)**	**Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R$)**	**Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R$)**	**Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R$)**	**Transferências de convênios destinados à Saúde (R$)**	**Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R$)**	**Royalties do petróleo destinados à Saúde (R$)**	**Outros recursos destinados à Saúde (R$)**	**Total(R$)**
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	3.380.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	3.380.000,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
122 - Administração Geral	Corrente	N/A	408.960.307,00	54.848.625,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	463.808.932,00
	Capital	N/A	3.484.735,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	3.484.735,00
301 - Atenção Básica	Corrente	N/A	57.100.243,00	3.228.452,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	60.328.695,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	N/A	1.151.819.287,00	304.877.108,00	N/A	N/A	N/A	N/A	100.000,00	1.456.796.395,00
	Capital	N/A	14.486.005,00	N/A	N/A	N/A	61.955.000,00	N/A	N/A	76.441.005,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	N/A	39.443.163,00	7.000.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	46.443.163,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	N/A	800.000,00	4.350.557,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	5.150.557,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	N/A	10.687.000,00	19.718.258,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	30.405.258,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	15.000.000,00	100.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	15.100.000,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 06/09/2021.

- Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS

Observa-se nas metas acima, que 2.072.566 pessoas receberam atendimentos especializados através de 4 Unidades hospitalares macrorregionais; implantação de dois (02) Serviço de Hemodiálise nas Região de Chapadinha, no Hospital Geral de Chapadinha com atendimento de 54 pacientes/mês; implantação do Serviço de Hemodiálise na Região de Pinheiro, no Hospital Regional da Baixada Maranhense Dr. Jackson Lago, município de Pinheiro com atendimento de 60 pacientes/mês.

No componente especializado da Assistência Farmacêutica, foram realizados 236.829 atendimentos. O HEMONÚCLEO (HEMOMAR) teve como meta para 2018, 405.000 procedimentos e realizou 391.305 procedimentos destinados à obtenção de sangue, componentes e derivados; a meta para 2018 de consultas médicas em atenção especializada foi de 25.000 com o resultado de 24.992 das consultas hematológicas, clínica médica, pediatria e ortopedia; atendimentos multidisciplinares em atenção especializada a meta prevista para 2018 ; exames laboratoriais que compreende o total dos exames sorológicos, imunohematológicos, hematológicos e bioquímicos (98,51%). Nas ações de modernização e ampliação dos serviços de saúde, destaca-se a Conclusão do Hospital de 20 leitos no município de Cajari; Conclusão dos hospitais de 50 leitos nos municípios de Chapadinha e Colinas.

No fortalecimento da Atenção Primaria , o número de equipes de Estratégia Saúde da Família, alcançando 84,12% de cobertura. No cuidado integral no controle da Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus trabalhou-se a expansão e estruturação da rede de doenças crônicas nas 19 Regiões de Saúde em articulação com as UGRS

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

N	Indicador	Tipo	Meta ano 2018	Resultado Anual	% alcançada da meta	Unidade de Medida
1	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	U	266,50	-	0	Taxa
2	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	E	90,00	-	0	Percentual
3	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	U	95,00	-	0	Percentual
4	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	U	75,00	-	0	Percentual
5	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	U	80,00	-	0	Percentual
6	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	U	88,00	-	0	Percentual
7	Número de Casos Autóctones de Malária	E	322	-	0	Número
8	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	U	401	-	0	Número
9	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	U	5	-	0	Número
10	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	U	30,00	-	0	Percentual
11	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	U	0,40	-	0	Razão
12	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	U	0,20	-	0	Razão
13	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	U	70,00	-	0	Percentual
14	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	U	22,94	-	0	Percentual
15	Taxa de mortalidade infantil	U	23,07	-	0	Taxa
16	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	U	80	-	0	Número
17	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	U	88,00	-	0	Percentual
18	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	U	80,00	-	0	Percentual
19	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	U	82,00	-	0	Percentual
20	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano	U	100,00	-	0	Percentual
21	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	E	34,56	-	0	Percentual
23	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	U	95,00	-	0	Percentual

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 06/09/2021.

- Análises e Considerações sobre Indicadores de Pactuação Interfederativa

8 Indicadores de PactuaçãoInterfederativa

N	Indicador	Tipo	Meta ano 2018	Resultado Anual	Unidade de Medida
1	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos)pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes edoenças respiratórias crônicas)	U	266,50	276,20	Número

2	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	E	90,00	85,10	**Percentual**
3	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	U	95,00	95,30	**Percentual**
4	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinalpreconizada	U	75,00	0,00	**Percentual**
5	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até60 dias após notificação.	U	80,00	57,30	**Percentual**
6	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	U	88,00	84,80	**Percentual**
7	Número de Casos Autóctones de Malária	E	322,00	291,00	**Número**
8	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	U	401,00	707,00	**Número**
9	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	U	5,00	7,00	**Número**
10	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	U	30,00	20,70	**Percentual**
11	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população damesma faixa etária	U	0,40	0,30	**Razão**
12	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesmafaixa etária.	U	0,20	0,12	**Razão**
13	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	U	70,00	53,56	**Percentual**
14	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	U	22,94	24,53	**Percentual**
15	Taxa de mortalidade infantil	U	23,07	15,69	**Número**
16	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	U	80,00	93,00	**Número**
17	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	U	88,00	86,57	**Percentual**
18	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa BolsaFamília (PBF)	U	80,00	73,64	**Percentual**
19	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	U	82,00	68,34	**Percentual**
20	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos osmunicípios no ano.	U	100,00	64,98	**Percentual**
21	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	E	34,56	0,0	**Percentual**
22	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controlevetorial da dengue	U	0,0	0,0	**Número**
23	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	U	95,00	99,80	Percentual

Fonte:Procedimentos para a pactuação conforme Resolução CIT 08, de 24 de novembro de 2016.

Análise e Considerações

Nº	INDICADOR	META Proposta	META Alcançada Parcial	JUSTIFICATIVA
1	Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (DCNT - doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	266,5	**277,1**	Deficiência no fluxo de referência e contra referência para portadores de DCNT (Doenças Cardiovasculares, Neoplasias, Diabetes e Doenças Respiratórias Crônicas) nas URS¿s e unidades de saúde. Ausência de elaboração e execução de planos das DCNT, por parte dealguns municípios. Alta rotatividade de profissionais capacitados da Atenção Primária e Vigilância em Saúde. Deficiência no preenchimento, codificação e seleção de causa básica dos óbitos relacionados à DCNT.

2	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados.	90,0	**85,2**	Pouca sensibilidade de profissionais das Coordenações da Vigilância Epidemiológica, Atenção Básica e das Unidades Hospitalares/Maternidades dos municípios para com as ações de investigação e análises dos óbitos maternos e de Mulheres Idade Fértil, comprometendo a identificação dos fatores determinantes e condicionantes na ocorrência desses óbitos. Escassez de recursos humanos e de infraestrutura (veículos para realizar as investigações ambulatoriais e domiciliares principalmente as que não são áreas de cobertura de ESF, computadores, acesso a internet nos municípios, dificultando o fechamento das informações na Ficha-Síntese no Módulo de Investigação WEB). Deficiência de informações nos prontuários ambulatoriais e hospitalares afetando a coleta das informações para o encerramento do caso investigado.
3	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida.	95,0	**95,2**	Manter o alcance do indicador.
4	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada.	75,0	**0,0**	· Rotatividade constante de profissionais nas equipes municipais, inclusive com dispensa de técnicos treinados, comprometendo a qualidade dos serviços. · Insuficiência de cobertura de salas de vacinas nos territórios municipais, principalmente nas áreas rurais, deixando essas populações desprovidas da vacinação do calendário básico na rotina e comprometendo a cobertura vacinal. · Subregistro das doses aplicadas no sistema de informação SI-PNI, devido a insuficiência no quadro funcional, rotatividade de pessoal, deficiência na estrutura (computadores e internet). · Horário de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde não atende ao recomendado nem à necessidade da população. · A maioria das equipes da Estratégia de Saúde da Família não trabalha a ação de imunização com a devida priorização, não avalia as cadernetas de vacina e não realiza busca ativa de faltosos no território.
5	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 (sessenta) dias após notificação.	80,0	**68,5**	O percentual de encerramento dos agravos notificados depende da conclusão do processo investigativo e de outros fatores ligados à organização do processo de trabalho tais como recursos humanos, capacidade de diagnóstico laboratorial, infraestrutura que garanta a mobilidade das equipes e operacionalização dos Sistemas de Informação de Agravos de Notificação Compulsória. Grande parte dos municípios maranhenses apresentam deficiências de organização e estrutura. Insuficiência de recursos humanos para desenvolver atividades da Vigilância Epidemiológica. Computadores e internet inadequada, comprometendo a qualidade dos serviços e a informação oportuna. Demora no resultado dos exames laboratoriais realizados nas referências regionais da CGLAB. Embora a equipe estadual venha realizando capacitações ainda persistem com índices baixos de alcance deste indicador.

6	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	88,0	**85,2**	A Coordenação Estadual do Programa de Controle da Hanseníase, durante no ano de 2018, realizou monitoramento mensal dos dados no sistema de informação com o objetivo de alertar aos municípios sobre o alcance das metas pactuadas. Foram emitidos relatórios para as regionais de saúde e municípios recomendando a atualização das informações sobre os pacientes de alta. Foram emitidos relatórios de pacientes faltosos para busca sistemática e retorno ao tratamento. Embora a meta pactuada seja 88% e tenhamos alcançado 84,8% até janeiro de 2019 (parâmetro regular para OMS = ¿ 75% a 89,9%), informamos que somente em 30 de março de 2019 fecharemos os dados de 2018. Outro ponto é que, apesar de não alcançarmos a meta de 88% até janeiro, já temos incremento de 2,5% na taxa de cura em relação a 2017 que foi de 82,7%.
7	Número de casos autóctones de malária.	322	**287**	Manter o alcance do indicador.
20	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano	100	**64.98**	Com base em constatações *in loco*, obtidas mediante a avaliação e monitoramento dos municípios, que envolveu 140 visitas de supervisão durante o ano de 2018, observamos: i) **falta de regularidade na alimentação do SIA/SUS com as ações de vigilância realizadas**, ii) **inexistência de equipes de vigilância sanitária em alguns municípios**, iii) **alta rotatividade de trabalhadores nos setores de vigilância nos municípios**, iv) **trabalhadores sem capacitação em ações básica de vigilância em saúde**. As 140 visitas de supervisão aos municípios comprovam também o compromisso da SES/MA (no seu *¿dever de Estado¿*), por meio de sua Superintendência de Vigilância Sanitária, em atingir o indicador em questão, em conformidade com as diretrizes do Pacto pela Vida.

Indicador 10: Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.

A análise realizada até dezembro de 2018, dos 217 municípios do Estado há Vigilância em Saúde Ambiental - VSA implantada em apenas 112 (51,61%) e em 105 (48,38%) não possuem VSA. Entre os que apresentam VSA, somente 44 (20,27%) alcançaram a meta pactuada na Pactuação Interfederativa ¿ SISPACTO. E 76 (35,02%) realizaram pelo menos um dos parâmetros que são alimentados no SISAGUA, dentre estas o Estado realizou 14 coletas suplementares de água para consumo humano representando 6,45% dos mesmos. Lembrando que os dados do SISAGUA de 2018 são alimentados até 31/03 de 2019.

O número de coletas de amostras de água para consumo humano estipulado pelo Ministério da Saúde ao Estado, por meio da Coordenação Geral de Vigilância Ambiental foram de 30.288 coletas. Sendo assim, a meta pactuada para o Estado foi na ordem de 30%, no entanto este alcançou somente 20,70% que corresponde a 6.270 coletas.

Diante do exposto, o Estado não tem subsídios para realizar as coletas obrigatórias de cada município, levando em consideração o número de municípios, distância a ser percorrida, número de técnicos e diárias insuficientes. O Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental também realiza outras ações concernentes ao mesmo, como: cadastramentos de áreas dos programas VIGISOLO e VIGIAR; supervisões; inspeções; descentralizações; coletas de amostras de água para consumo humano e análise de presença de agrotóxico; acompanhamento de municípios que possuem VSA implantadas; inspeções em empresas de abastecimento de água, etc.

Indicador 15 ¿ Taxa de Mortalidade Infantil ,Meta 70,00 (Lançamento Equivocado)

Resultado 2018 ¿ 15,69

O Estado do Maranhão vem trabalhando uma série de ações voltadas para minimizar os eventos de óbitos neonatais e pós neonatais, fortalecimento da assistência de ao pré-natal, parto e puerpério. Um bom pré-natal deve incluir, no mínimo, seis consultas, e seu acompanhamento pode ser realizado por um médico, enfermeira ou outro profissional devidamente treinado, como agentes comunitários. Observamos uma tendência de queda nos números o que demonstra sucesso das ações.

Indicador 16 ¿ Número de Óbitos Maternos, Meta ¿ 80

Resultado 2018 ¿ 93

Morte Materna (Óbito Materno) Morte materna é a morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, independentemente da duração ou da localização da gravidez. É causada por qualquer fator relacionado ou agravado pela gravidez ou por medidas tomadas em relação a ela. Não é considerada morte materna a que é provocada por fatores acidentais ou incidentais.

Apesar os avanços observados na Rede Materno Infantil no Estado, podemos considerar os casos em que problemas político administrativos contribuíram para o óbito, tais como falta de captação precoce e busca ativa da mulher, carência de leitos obstétricos, falta de hemoderivados ou medicamentos e inexistência de sistema de referência e contra-referência formalizado para tratamento clínico-ginecológico e obstétrico, entre outros.

Indicador 17 ¿ Cobertura Populacional Estimada pelas Equipes de Atenção Básica, Meta ¿ 88,00

Resultado 2018 ¿ 86,57

No primeiro ano do Mais Médicos a cobertura de atenção básica de saúde aumentou de 10,8% para 24,6%. Em relação à toda a Estratégia de Saúde da Família (incluindo Mais Médicos), a cobertura populacional cresceu de 62,7% para 70,4% no mesmo período. Esse retrato de crescimento foi bruscamente interrompido pela descontinuidade do programa, dessa forma tanto a nível nacional como a nível estadual as coberturas populacionais das Equipes de AB vem gradativamente reduzindo, fato relacionado a não recomposição dos postos de trabalho.

Indicador 18 ¿ Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família, Meta ¿ 80,00

Resultado 2018 ¿ 86,57

A análise temporal das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF) evidencia uma crescente evolução de cobertura das famílias com crianças menores de 7 anos e gestantes, o que demonstra um esforço positivo dos gestores e profissionais da atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS) na oferta de ações de saúde.

Existem, porém, alguns entraves ficam evidenciados, a alta rotatividade dos profissionais de saúde, territorialização desatualizada dificultando a busca dos beneficiários impactam constantemente. Entretanto o principal motivo deveu-se ao a mudança na forma de inserção dos dados e da nova plataforma (sistema de informação) gerando situações problemas.

9. Execução Orçamentária e Financeira

A disponibilização dos dados do SIOPS, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DESID/SCTIE.

9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção

Subfunções	Recursos Ordinários - Fonte Livre	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Royalties do Petróleo destinados à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL
Atenção Básica									
Corrente	0,00	33.154.079,42	2.323.758,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.477.837,48
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial									
Corrente	0,00	1.362.873.244,80	338.467.806,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.701.341.051,56
Capital	0,00	35.670.443,02	3.541.182,39	0,00	8.499,66	44.497.179,31	0,00	0,00	83.717.304,38
Suporte Profilático e Terapêutico									
Corrente	0,00	21.431.347,39	6.747.838,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.179.185,58
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária									
Corrente	0,00	21.365,00	1.910.917,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.932.282,42
Capital	0,00	0,00	52.387,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.387,82
Vigilância Epidemiológica									
Corrente	0,00	5.657.347,12	16.505.508,19	0,00	5.832,33	0,00	0,00	0,00	22.168.687,64
Capital	0,00	4.943,84	402.426,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	407.370,20
Alimentação e Nutrição									
Corrente	0,00	14.981.072,26	292.479,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.273.551,76
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções									
Corrente	0,00	322.637.112,66	58.997.310,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	381.634.423,25
Capital	0,00	1.119.157,99	158.702,52	0,00	154.206,44	0,00	0,00	0,00	1.432.066,95
Total	0,00	1.797.550.113,50	429.400.317,80	0,00	168.538,43	44.497.179,31	0,00	0,00	2.271.616.149,04

(*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde
2) Dados extraídos do Módulo de controle externo, conforme Art. 39, inc. V, LC 141/2012.

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 15/10/2019.

9.2. Indicadores financeiros

	Indicador	Valor
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Estado	34,01 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Estado	48,91 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Estado	5,35 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Estado	99,37 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Estado	5,79 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Estado	71,32 %
2.1	Despesa total com Saúde, sob a responsabilidade do Estado, por habitante	R$ 324,51
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	12,67 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	0,90 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	68,68 %

2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	3,77 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,49 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	18,46 %
3.2	% da receita própria aplicada em ASPS conforme a LC 141/2012	14,46 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 15/10/2019.

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b / a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	7.875.933.000,00	7.934.186.718,00	7.760.292.605,91	97,81
Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITCD	15.767.000,00	15.767.000,00	16.873.101,62	107,02
Imposto s/ Circulação de Mercad. e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	6.685.629.000,00	6.743.882.718,00	6.562.981.199,50	97,32
Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	465.270.000,00	465.270.000,00	352.323.616,62	75,72
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	639.954.000,00	639.954.000,00	724.768.402,02	113,25
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	31.383.000,00	31.383.000,00	50.969.696,44	162,41
Dívida Ativa dos Impostos	34.509.000,00	34.509.000,00	45.629.107,11	132,22
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.421.000,00	3.421.000,00	6.747.482,60	197,24
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	6.837.552.000,00	6.837.552.000,00	6.497.971.020,86	95,03
Cota-Parte FPE	6.750.000.000,00	6.750.000.000,00	6.409.684.281,06	94,96
Cota-Parte IPI-Exportação	63.000.000,00	63.000.000,00	64.237.929,80	101,96
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	24.552.000,00	24.552.000,00	24.048.810,00	97,95
Desoneração ICMS (LC 87/96)	24.552.000,00	24.552.000,00	24.048.810,00	97,95
Outras				
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III)	1.863.312.179,50	1.863.375.179,50	1.867.380.814,27	100,21
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios	1.599.257.179,50	1.599.257.179,50	1.657.925.379,41	103,67
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios	248.305.000,00	248.368.000,00	193.395.952,41	77,87
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Repassada aos Municípios	15.750.000,00	15.750.000,00	16.059.482,45	101,96
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (IV) = I + II - III	12.850.172.820,50	12.908.363.538,50	12.390.882.812,50	95,99

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d / c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	407.894.000,00	438.786.000,00	419.415.806,81	95,59
Provenientes da União	394.123.000,00	425.015.000,00	416.754.249,78	98,06
Provenientes de Outros Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Provenientes de Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	13.771.000,00	13.771.000,00	2.661.557,03	19,33
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				

RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	61.955.000,00	70.455.000,00	40.645.866,77	57,69
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	407.894.000,00	438.786.000,00	419.415.806,81	95,59

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)	% (f+g)/e)
DESPESAS CORRENTES	2.134.393.000,00	2.257.469.744,56	2.166.730.666,52	19.276.353,17	96,83
Pessoal e Encargos Sociais	363.238.625,00	288.909.878,00	287.759.713,48	0,00	99,60
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.771.154.375,00	1.968.559.866,56	1.878.970.953,04	19.276.353,17	96,43
DESPESAS DE CAPITAL	90.325.740,00	144.374.164,98	73.395.840,63	12.213.288,72	59,30
Investimentos	90.325.740,00	144.374.164,98	73.395.840,63	12.213.288,72	59,30
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (V)	2.224.718.740,00	2.401.843.909,54		2.271.616.149,04	94,58

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (h)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (i)	% [(h+i)/V(f+g)]
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A	554.211.403,85	464.668.157,91	9.397.877,63	20,87
Recursos de Transferências Sistema Único de Saúde - SUS	N/A	469.204.436,14	429.400.317,80	0,00	18,90
Recursos de Operações de Crédito	N/A	83.052.697,00	35.099.301,68	9.397.877,63	1,96
Outros Recursos	N/A	1.954.270,71	168.538,43	0,00	0,01
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A	9.954.864,69	5.381.144,69	189.937,62	0,25
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]	N/A	N/A	N/A	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (VI)		N/A		479.637.117,85	21,11

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII) = [V(f+g) - VI(h+i)]	**N/A**		**1.791.979.031,19**	**-**

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VIII%) = (VII(h+i) / IVb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 12%4 e 5	**14,46**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII(h+i) - (12 x IVb)/100]	**305.073.093,69**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2018	21.901.826,64	N/A	N/A	N/A	0,00
Inscritos em 2017	137.344.743,50	25.309.674,38	112.035.069,12	0,00	0,00
Inscritos em 2016	166.421.533,53	67.052.921,92	99.368.611,61	0,00	130.264.981,21
Inscritos em 2015	111.292.322,31	13.196.474,05	97.973.414,50	122.433,76	0,00
Inscritos em 2014	49.926.660,54	27.199.916,53	21.738.148,01	988.596,00	0,00
Inscritos em exercícios anteriores	60.690.272,74	3.005.009,79	57.685.262,95	0,00	23.339.171,71
Total	525.675.532,62	135.763.996,67	388.800.506,19	1.111.029,76	153.604.152,92

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24,§ 1° e 2°	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	30.896.369,60	0,00	30.896.369,60
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	30.896.369,60	0,00	30.896.369,60

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MINIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
Total (X)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (l)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (m)	% [(l+m) /total(l+m)]x100
Atenção Básica	60.628.695,00	38.503.641,49	35.477.837,48	0,00	1,56
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.583.018.400,00	1.876.831.997,84	1.753.568.714,05	31.489.641,89	78,58
Suporte Profilático e Terapêutico	46.463.163,00	30.449.767,42	28.179.185,58	0,00	1,24

Vigilância Sanitária	3.452.327,00	3.938.835,84	1.984.670,24	0,00	0,09
Vigilância Epidemiológica	31.103.488,00	43.888.177,82	22.576.057,84	0,00	0,99
Alimentação e Nutrição	15.100.000,00	16.041.488,67	15.273.551,76	0,00	0,67
Outras Subfunções	484.952.667,00	392.190.000,46	383.066.490,20	0,00	16,86
Total	2.224.718.740,00	2.401.843.909,54		2.271.616.149,04	99,99

FONTE: SIOPS, Maranhão, data e hora da homologação dos dados pelo gestor: 23/05/19 18:40:34
1 - Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 - Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Constituição do Estado quando o percentual nela definido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 - Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6 - No último bimestre, será utilizada a fórmula [VII(h+i) - (12 x IVb)/100].

9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2018 (Fonte: FNS)	Valor Executado
CUSTEIO	1012220154525 - APOIO A MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	R$ 24.410.308,00	R$ 0,00
	103012015219A - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	R$ 2.450.221,32	0,00
	10302201520SP - OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES	R$ 330.000,00	0,00
	1030220158585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	R$ 320.452.105,63	0,00
	10303201520AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	R$ 179.675,82	0,00
	1030320154705 - APOIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS DO COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	R$ 6.988.430,76	0,00
	10304201520AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R$ 3.237.968,10	0,00
	10305201520AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R$ 20.336.997,21	0,00
	10306206920QH - IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE	R$ 130.000,00	0,00
	1042220156182 - FORTALECIMENTO DA OUVIDORIA GERAL DO SUS	R$ 400.000,00	0,00
	CÓD. NÃO INFORMADO - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	R$ 33.147.226,20	R$ 0,00
	CÓD. NÃO INFORMADO - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM SAÚDE	R$ 200.000,00	R$ 0,00
	CÓD. NÃO INFORMADO - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE	R$ 475.200,00	R$ 0,00
	CÓD. NÃO INFORMADO - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R$ 1.252.463,07	R$ 0,00
	CÓD. NÃO INFORMADO - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R$ 440.635,78	R$ 0,00
	CÓD. NÃO INFORMADO - OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES	R$ 30.000,00	R$ 0,00
INVESTIMENTO	1030220158535 - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	R$ 300.000,00	0,00
	1042220156182 - FORTALECIMENTO DA OUVIDORIA GERAL DO SUS	R$ 400.000,00	R$ 0,00

Fonte: Fundo Nacional de Saúde (FNS)

1 – Os valores pagos em outro exercício fiscal mesmo tendo sua memória de cálculo e ano anterior, não estarão sendo computados para aquela prestação de contas.
2 – Para efeitos de despesa executada deve ser considerada a despesa empenhada no exercício fiscal.

- Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira

Os dados analisados estão anexados, uma vez que o RAG foi elaborado em modo físico

9. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

9.1 Execução da programação por fonte, função e natureza da despesa

1) (*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde

2) Dados extraídos do Módulo de controle externo, conforme Art. 39, inc. V, LC 141/2012.

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) Data da consulta: 20/03/2019

9.2 Indicadores Financeiros

Indicador	Valor
1.1 Participação % da Receita de Impostos na Receita Total do Estado.	40,74
1.2 Participação % das Transferências Intergovernamentais na Receita Total do Estado.	44,53
1.3 Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no Total de Recursos Transferidos para oEstado.	5,37
1.4 Participação % das Transferências da União para a Saúde no Total de Recursos Transferidos para a Saúde no Estado	99,44
1.5 Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no Total de Transferências da União para o Estado.	5,75
1.6 Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Estado	80,65
2.1 Despesa Total com Saúde, sob a responsabilidade do Estado, por habitante.	R$324,32
2.2 Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	12,67
2.3 Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	1,26
2.4 Participação da despesa com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	68,10
2.5 Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	3,77
2.6 Participação da despesas com Instiuições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,45
3,1 Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	18,34
3.2 Percentual da receita própria aplicada em Saúde conforme a Lei 141/2012	14,46

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) Data da consulta: 20/03/2019

9.3 Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			(Janeiro a Dezembro) (b)	% (b / a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	**7.542.119.000,00**	**7.549.492.718,00**	**7.760.292.605,90**	**102,79**
Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITCD	15.767.000,00	15.767.000,00	16.873.101,62	107,02
Imposto s/ Circulação de Mercad. e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	6.351.815.000,00	6.359.188.718,00	6.562.981.199,50	103,20
Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	465.270.000,00	465.270.000,00	352.323.616,62	75,72
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	639.954.000,00	639.954.000,00	724.768.402,02	113,25
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	31.383.000,00	31.383.000,00	51.038.416,53	162,63
Dívida Ativa dos Impostos	34.509.000,00	34.509.000,00	45.629.107,11	132,22
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.421.000,00	3.421.000,00	6.678.762,51	195,22
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**6.837.552.000,00**	**6.837.552.000,00**	**6.497.971.020,86**	**95,03**
Cota-Parte FPE	6.750.000.000,00	6.750.000.000,00	6.409.684.281,06	94,96
Cota-Parte IPI-Exportação	63.000.000,00	63.000.000,00	64.237.929,80	101,96
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais.	24.552.000,00	24.552.000,00	24.048.810,00	97,95
Desoneração ICMS (LC 87/96)	24.552.000,00	24.552.000,00	24.048.810,00	97,95
Outras				
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III)	**1.861.468.750,00**	**1.863.312.179,50**	**1.867.380.814,27**	**100,22**
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios	1.597.413.750,00	1.599.257.179,50	1.657.925.379,41	103,67
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios	248.305.000,00	248.305.000,00	193.395.952,41	77,88
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Repassada aos Municípios	15.750.000,00	15.750.000,00	16.059.482,45	101,96
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (IV) = I + II - III	**12.518.202.250,00**	**12.523.732.538,50**	**12.390.882.812,49**	**98,94**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			(Janeiro a Dezembro) (b)	% (b / a) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DESAÚDE-SUS	**407.894.000,00**	**438.786.000,00**	**418.715.806,81**	**94,88**
Provenientes da União	394.123.000,00	425.015.000,00	416.084.249,78	97,89
Provenientes de Outros Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Provenientes de Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	13.771.000,00	13.771.000,00	2.661.557,03	19,33
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS ÀSAÚDE	**61.955.000,00**	**70.455.000,00**	**40.645.866,77**	**57,69**
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARAFINANCIAMENTODA SAÚDE	**469.849.000,00**	**509.241.000,00**	**459.361.673,58**	**90,21**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas (Janeiro a Dezembro) (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)	% (f+g)/e)
DESPESAS CORRENTES	**2.134.393.000,00**	**2.257.469.744,56**	**2.166.730.666,52**	**19.276.353,17**	**96,22**
Pessoal e Encargos Sociais	363.238.625,00	288.909.878,00	287.759.713,48		99,60
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0	0	0,00
Outras Despesas Correntes	1.771.154.375,00	1.968.559.866,56	1.878.970.953,04	19.276.353,17	96,43
DESPESAS DE CAPITAL	**90.325.740,00**	**144.374.164,98**	**73.395.840,63**	**12.213.288,72**	**59,29**
Investimentos	90.325.740,00	144.374.164,98	73.395.840,63	12.213.288,72	59,29
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0	0	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0	0	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (V)	**2.224.718.740,00**	**2.401.843.909,54**		**2.271.616.149,04**	**94,58**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas (Janeiro a Dezembro) (h)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (i)	% [(h+i)/V(f+g)]
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	**456.198.000,00**	**564.186.268,54**	**470.049.302,60**	**9.587.815,25**	**21,11**
Recursos de Transferências Sistema Único de Saúde - SUS	394.123.000,00	471.058.706,85	429.568.856,23		18,91
Recursos de Operações de Crédito	61.955.000,00	83.052.697,00	35.099.301,68	9.397.877,63	1,96
Outros Recursos	120.000,00	120.000,00			
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	**N/A**	**9.954.864,69**	**5.381.144,69**	**189.937,62**	**0,25**
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]	**N/A**	**N/A**	**N/A**	**N/A**	

DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	N/A	N/A	0	0	0
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	N/A	N/A	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (VI)	**456.198.000,00**	**564.186.268,54**	**479.637.117,85**		**21,11**
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII) = [V(f+g) - VI(h+i)]	**1.768.520.740,00**	**1.837.657.641,00**		**1.791.979.031,19**	

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VIII%) = (VII(h+i) / IVb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 12%4 e 5	**14,46**

DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII(h+i) - (12 x IVb)/100]	**R$ 305.073.093,69**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EXECUTADAS**		
			Liquidadas (Janeiro a Dezembro) (l)	**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (m)**	**% [(l+m) /total(l+m)]x100**
Atenção Básica	60.628.695,00	38.503.641,49	35.477.837,48		1,58
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.583.018.400,00	1.876.831.997,84	1.753.568.714,05	31.489.641,89	78,28
Suporte Profilático e Terapêutico	46.463.163,00	30.449.767,42	28.179.185,58		1,26
Vigilância Sanitária	3.452.327,00	3.938.835,84	1.984.670,24		0,09
Vigilância Epidemiológica	31.103.488,00	43.888.177,82	22.576.057,84		1,01
Alimentação e Nutrição	15.100.000,00	16.041.488,67	15.273.551,76		0,68
Outras Subfunções	484.952.667,00	392.190.000,46	383.066.490,20		17,10
Total	**2.224.718.740,00**	**2.401.843.909,54**	**2.271.616.149,04**		**100,99**

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) Data da consulta: 20/03/2019

9. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

9.1 Execução da programação por fonte, função e natureza da despesa

1) (*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde

2) Dados extraídos do Módulo de controle externo, conforme Art. 39, inc. V, LC 141/2012.

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) Data da consulta: 20/03/2019

9.2 Indicadores Financeiros

Indicador	Valor
1.1 Participação % da Receita de Impostos na Receita Total do Estado.	40,74
1.2 Participação % das Transferências Intergovernamentais na Receita Total do Estado.	44,53

1.3 Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no Total de Recursos Transferidos para oEstado.	5,37
1.4 Participação % das Transferências da União para a Saúde no Total de Recursos Transferidos para a Saúde no Estado	99,44
1.5 Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no Total de Transferências da União para o Estado.	5,75
1.6 Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Estado	80,65
2.1 Despesa Total com Saúde, sob a responsabilidade do Estado, por habitante.	R$324,32
2.2 Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	12,67
2.3 Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	1,26
2.4 Participação da despesa com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	68,10
2.5 Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	3,77
2.6 Participação da despesas com Instiuições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,45
3,1 Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	18,34
3.2 Percentual da receita própria aplicada em Saúde conforme a Lei 141/2012	14,46

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) Data da consulta: 20/03/2019

9.3 Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			(Janeiro a Dezembro) (b)	% (b / a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	**7.542.119.000,00**	**7.549.492.718,00**	**7.760.292.605,90**	**102,79**
Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITCD	15.767.000,00	15.767.000,00	16.873.101,62	107,02
Imposto s/ Circulação de Mercad. e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	6.351.815.000,00	6.359.188.718,00	6.562.981.199,50	103,20
Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	465.270.000,00	465.270.000,00	352.323.616,62	75,72
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	639.954.000,00	639.954.000,00	724.768.402,02	113,25
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	31.383.000,00	31.383.000,00	51.038.416,53	162,63
Dívida Ativa dos Impostos	34.509.000,00	34.509.000,00	45.629.107,11	132,22
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.421.000,00	3.421.000,00	6.678.762,51	195,22
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**6.837.552.000,00**	**6.837.552.000,00**	**6.497.971.020,86**	**95,03**
Cota-Parte FPE	6.750.000.000,00	6.750.000.000,00	6.409.684.281,06	94,96
Cota-Parte IPI-Exportação	63.000.000,00	63.000.000,00	64.237.929,80	101,96
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais.	24.552.000,00	24.552.000,00	24.048.810,00	97,95
Desoneração ICMS (LC 87/96)	24.552.000,00	24.552.000,00	24.048.810,00	97,95
Outras				
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III)	**1.861.468.750,00**	**1.863.312.179,50**	**1.867.380.814,27**	**100,22**
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios	1.597.413.750,00	1.599.257.179,50	1.657.925.379,41	103,67
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios	248.305.000,00	248.305.000,00	193.395.952,41	77,88
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Repassada aos Municípios	15.750.000,00	15.750.000,00	16.059.482,45	101,96
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (IV) = I + II - III	**12.518.202.250,00**	**12.523.732.538,50**	**12.390.882.812,49**	**98,94**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			(Janeiro a Dezembro) (b)	% (b / a) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DESAÚDE-SUS	**407.894.000,00**	**438.786.000,00**	**418.715.806,81**	**94,88**
Provenientes da União	394.123.000,00	425.015.000,00	416.084.249,78	97,89
Provenientes de Outros Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Provenientes de Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	13.771.000,00	13.771.000,00	2.661.557,03	19,33
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS ÀSAÚDE	**61.955.000,00**	**70.455.000,00**	**40.645.866,77**	**57,69**
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARAFINANCIAMENTODA SAÚDE	**469.849.000,00**	**509.241.000,00**	**459.361.673,58**	**90,21**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas (Janeiro a Dezembro) (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)	% (f+g)/e)
DESPESAS CORRENTES	**2.134.393.000,00**	**2.257.469.744,56**	**2.166.730.666,52**	**19.276.353,17**	**96,22**
Pessoal e Encargos Sociais	363.238.625,00	288.909.878,00	287.759.713,48		99,60
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0	0	0,00
Outras Despesas Correntes	1.771.154.375,00	1.968.559.866,56	1.878.970.953,04	19.276.353,17	96,43
DESPESAS DE CAPITAL	**90.325.740,00**	**144.374.164,98**	**73.395.840,63**	**12.213.288,72**	**59,29**
Investimentos	90.325.740,00	144.374.164,98	73.395.840,63	12.213.288,72	59,29
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0	0	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0	0	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (V)	**2.224.718.740,00**	**2.401.843.909,54**		**2.271.616.149,04**	**94,58**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas (Janeiro a Dezembro) (h)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (i)	% [(h+i)/V(f+g)]
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	**456.198.000,00**	**564.186.268,54**	**470.049.302,60**	**9.587.815,25**	**21,11**
Recursos de Transferências Sistema Único de Saúde - SUS	394.123.000,00	471.058.706,85	429.568.856,23		18,91
Recursos de Operações de Crédito	61.955.000,00	83.052.697,00	35.099.301,68	9.397.877,63	1,96
Outros Recursos	120.000,00	120.000,00			
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	**N/A**	**9.954.864,69**	**5.381.144,69**	**189.937,62**	**0,25**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]	**N/A**	**N/A**	**N/A**	**N/A**	
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]	N/A	N/A	0	0	0
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]	N/A	N/A	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (VI)	**456.198.000,00**	**564.186.268,54**	**479.637.117,85**		**21,11**
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII) = [V(f+g) - VI(h+i)]	**1.768.520.740,00**	**1.837.657.641,00**		**1.791.979.031,19**	

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VIII%) = (VII(h+i) / IVb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 12%[4] e 5	**14,46**

DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII(h+i) - (12 x IVb)/100]	**R$ 305.073.093,69**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EXECUTADAS**		
			Liquidadas (Janeiro a Dezembro) (l)	**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (m)**	**% [(l+m) /total(l+m)]x100**
Atenção Básica	60.628.695,00	38.503.641,49	35.477.837,48		1,58
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.583.018.400,00	1.876.831.997,84	1.753.568.714,05	31.489.641,89	78,28
Suporte Profilático e Terapêutico	46.463.163,00	30.449.767,42	28.179.185,58		1,26
Vigilância Sanitária	3.452.327,00	3.938.835,84	1.984.670,24		0,09
Vigilância Epidemiológica	31.103.488,00	43.888.177,82	22.576.057,84		1,01
Alimentação e Nutrição	15.100.000,00	16.041.488,67	15.273.551,76		0,68
Outras Subfunções	484.952.667,00	392.190.000,46	383.066.490,20		17,10
Total	**2.224.718.740,00**	**2.401.843.909,54**	**2.271.616.149,04**		**100,99**

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) Data da consulta: 20/03/2019

9.4 Execução Orçamentária e Financeira de Recursos Federais Transferidos Fundo a Fundo, segundo Bloco de Financiamento.

BLOCO	AÇÃO	VALOR REPASSADO EM 2018

CUSTEIO	PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	2.450.221,32
	ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	353.599.331,83
	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	21.589.460,28
	APOIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO EDISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS DOCOMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	6.988.430,76
	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	179.675,82
	IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE	475.200,00
	OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES	360.000,00
	APOIO A MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	24.410.308,00
	IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE	130.000,00
	FORTALECIMENTO DA OUVIDORIA GERAL DO SUS	400.000,00
	EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM SAÚDE	200.000,00
	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3.678.603,88
TOTAL		**414.461.231,89**
INVESTIMENTO	ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	300.000,00
	FORTALECIMENTO DA OUVIDORIA GERAL DO SUS	400.000,00
TOTAL		**700.000,00**
TOTAL GERAL		**415.161.231,89**

ANALÍSE E CONSIDERAÇÕES SOBRE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Ao analisarmos a utilização dos recursos destinados a saúde, apresentados por meios das receitas advindas de recursos próprios, transferências constitucionais e legais, proveniente da União e outras fontes, conseguimos dimensionar a participação dessas receitas como fonte de financiamento das ações e serviços públicos de saúde no Estado do Maranhão e como se comportou no ano de 2018 em relação ao ano anterior.

Em se tratando da participação das transferências para a saúde em relação ao total de recursos transferidos para o Estado foi de 5,37% no ano de 2018, o que representou uma queda de 8,36% em relação ao anterior. Analisando ainda a participação das transferências da União para a saúde no total das transferências da União para o Estado, identifica-se uma variação negativa de 8,73%, saindo de 6,30% em 2017 para 5,75% em 2018, no que se refere ao total das transferências recebidas da União para a Saúde pelo Estado. Apesar dessa queda de destinação de recursos, as transferências da União representam 99,44% do total de recursos transferidos para a Saúde no Estado, importando o valor de R$ 416.084.249,78. Assim, observa-se que do total de repasse via Fundo Nacional de Saúde, por programa de trabalho no ano de 2018, apenas 0,17% foram para investimentos e 99,83% para custeio.

Por sua vez, no ano de 2018 a participação das receitas de impostos sobre a receita total do Estado foi de 40,74%, tendo uma variação positiva da ordem de 21,36% em relação ao ano de 2017. Isso mostra que o grau de dependência em relação a outras esferas de governo diminuiu, pois, esse indicador em 2017 foi de 33,57%. Associado a isso, outro indicador que demonstra a diminuição do grau de dependência do Estado em relação às transferências de outras esferas de governo, é a participação das transferências intergovernamentais em relação a receita total do Estado, que em 2018 foi de 44,53%.

Assim, do total de receita do Estado, 81% advém dos impostos e transferências constitucionais e legais, 2,42% das transferências do SUS e 0,24% de operações de créditos vinculados a saúde e 16,34% outras transferências intergovernamentais, para o ano de 2018.

Pelo lado das despesas com saúde, que demonstram como esses recursos estão sendo utilizados, pode-se observar que a maior fatia dos gastos públicos em saúde está localizada na Assistência Ambulatorial e Hospitalar, que em 2018 foi de 78,28% em relação as despesas totais, em termos absolutos R$ 1.785.058.355,94 sendo que 96% foram despesas correntes e 4% despesas de capital. Uma elevação de 0,86% em relação ao ano de 2017, isso devido ao aumento do número de serviços de saúde implantados no Estado, com a entrega de novas unidades de saúde, tais como Hospital de Traumatologia, Hospital Regional de Chapadinha e de Colinas, Centro de Especialidades Odontológicas, Casa de Apoio Ninar. A Atenção Básica teve uma participação de 1,58% (R$ 35.477.837,48), uma variação positiva de 24,41% em relação ao ano anterior, isso impactado pelo fortalecimento das ações da Força Estadual de Saúde na atenção básica. A participação das despesas com medicamentos na despesa total com saúde, foi de 1,26% e as da Vigilância em Saúde representou 1,10% de toda a despesa no Estado.

Pelo grupo de natureza de despesas com saúde, observa-se que o Estado em 2018 teve gasto com pessoal de 12,67%, já as despesas com investimentos nesse período foram da ordem de R$ 85.609.129,35, uma participação de 3,77% em relação as despesas totais com saúde. Essas

despesas são justificadas com a aquisição de equipamentos e construção/reforma de unidades de saúde, como Centro de Especialidades Odontológicas, Hospital do Servidor, Hospital de Cajari, Hospital Materno Infantil de Imperatriz, Hospital de Chapadinha, Hospital Adélia Matos em Itapecuru e UTI do Hospital Carlos Macieira.

Por fim, ao analisarmos as despesas total com saúde per capita, sob a responsabilidade do Estado, observa-se que o houve um aumento de 12,26%, saindo de R$ 288,91/habitante em 2017 para R$ 324,32/habitante em 2018. Isso apresenta que o Estado ampliou os gastos em saúde e que no ano de 2018 gastou 14,46% das receitas próprias em ações e serviços públicos de saúde (ASPS), ou seja, 2,46% acima do que preceitua a Lei 141/2012, em que os Estados devem gasta 12% das suas receitas em ações e serviços público de saúde, um valor de R$ 305.073.093,69 acima do limite constitucional, reforçando que o Estado tem cumprido com metas de gastos em saúde, totalizando um gasto em termos reais R$2.271.616.149,04. Os aumentos desses gastos com recursos próprios são resultados de entrega de novos serviços à população e a falta de repasse dos recursos da contrapartida do SUS referente aos novos serviços implantados.

9.4 Execução Orçamentária e Financeira de Recursos Federais Transferidos Fundo a Fundo, segundo Bloco de Financiamento.

BLOCO	AÇÃO	VALOR REPASSADO EM 2018

CUSTEIO	PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	2.450.221,32
	ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	353.599.331,83
	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	21.589.460,28
	APOIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO EDISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS DOCOMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	6.988.430,76
	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	179.675,82
	IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE	475.200,00
	OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES	360.000,00
	APOIO A MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	24.410.308,00
	IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE	130.000,00
	FORTALECIMENTO DA OUVIDORIA GERAL DO SUS	400.000,00
	EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM SAÚDE	200.000,00
	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3.678.603,88
TOTAL		**414.461.231,89**
INVESTIMENTO	ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	300.000,00
	FORTALECIMENTO DA OUVIDORIA GERAL DO SUS	400.000,00
TOTAL		**700.000,00**
TOTAL GERAL		**415.161.231,89**

ANALÍSE E CONSIDERAÇÕES SOBRE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Ao analisarmos a utilização dos recursos destinados a saúde, apresentados por meios das receitas advindas de recursos próprios, transferências constitucionais e legais, proveniente da União e outras fontes, conseguimos dimensionar a participação dessas receitas como fonte de financiamento das ações e serviços públicos de saúde no Estado do Maranhão e como se comportou no ano de 2018 em relação ao ano anterior.

Em se tratando da participação das transferências para a saúde em relação ao total de recursos transferidos para o Estado foi de 5,37% no ano de 2018, o que representou uma queda de 8,36% em relação ao anterior. Analisando ainda a participação das transferências da União para a saúde no total das transferências da União para o Estado, identifica-se uma variação negativa de 8,73%, saindo de 6,30% em 2017 para 5,75% em 2018, no que se refere ao total das transferências recebidas da União para a Saúde pelo Estado. Apesar dessa queda de destinação de recursos, as transferências da União representam 99,44% do total de recursos transferidos para a Saúde no Estado, importando o valor de R$ 416.084.249,78. Assim, observa-se que do total de repasse via Fundo Nacional de Saúde, por programa de trabalho no ano de 2018, apenas 0,17% foram para investimentos e 99,83% para custeio.

Por sua vez, no ano de 2018 a participação das receitas de impostos sobre a receita total do Estado foi de 40,74%, tendo uma variação positiva da ordem de 21,36% em relação ao ano de 2017. Isso mostra que o grau de dependência em relação a outras esferas de governo diminuiu, pois, esse indicador em 2017 foi de 33,57%. Associado a isso, outro indicador que demonstra a diminuição do grau de dependência do Estado em relação às transferências de outras esferas de governo, é a participação das transferências intergovernamentais em relação a receita total do Estado, que em 2018 foi de 44,53%.

Assim, do total de receita do Estado, 81% advém dos impostos e transferências constitucionais e legais, 2,42% das transferências do SUS e 0,24% de operações de créditos vinculados a saúde e 16,34% outras transferências intergovernamentais, para o ano de 2018.

Pelo lado das despesas com saúde, que demonstram como esses recursos estão sendo utilizados, pode-se observar que a maior fatia dos gastos públicos em saúde está localizada na Assistência Ambulatorial e Hospitalar, que em 2018 foi de 78,28% em relação as despesas totais, em termos absolutos R$ 1.785.058.355,94 sendo que 96% foram despesas correntes e 4% despesas de capital. Uma elevação de 0,86% em relação ao ano de 2017, isso devido ao aumento do número de serviços de saúde implantados no Estado, com a entrega de novas unidades de saúde, tais como Hospital de Traumatologia, Hospital Regional de Chapadinha e de Colinas, Centro de Especialidades Odontológicas, Casa de Apoio Ninar. A Atenção Básica teve uma participação de 1,58% (R$ 35.477.837,48), uma variação positiva de 24,41% em relação ao ano anterior, isso impactado pelo fortalecimento das ações da Força Estadual de Saúde na atenção básica. A participação das despesas com medicamentos na despesa total com saúde, foi de 1,26% e as da Vigilância em Saúde representou 1,10% de toda a despesa no Estado.

Pelo grupo de natureza de despesas com saúde, observa-se que o Estado em 2018 teve gasto com pessoal de 12,67%, já as despesas com investimentos nesse período foram da ordem de R$ 85.609.129,35, uma participação de 3,77% em relação as despesas totais com saúde. Essas

despesas são justificadas com a aquisição de equipamentos e construção/reforma de unidades de saúde, como Centro de Especialidades Odontológicas, Hospital do Servidor, Hospital de Cajari, Hospital Materno Infantil de Imperatriz, Hospital de Chapadinha, Hospital Adélia Matos em Itapecuru e UTI do Hospital Carlos Macieira.

Por fim, ao analisarmos as despesas total com saúde per capita, sob a responsabilidade do Estado, observa-se que o houve um aumento de 12,26%, saindo de R$ 288,91/habitante em 2017 para R$ 324,32/habitante em 2018. Isso apresenta que o Estado ampliou os gastos em saúde e que no ano de 2018 gastou 14,46% das receitas próprias em ações e serviços públicos de saúde (ASPS), ou seja, 2,46% acima do que preceitua a Lei 141/2012, em que os Estados devem gasta 12% das suas receitas em ações e serviços público de saúde, um valor de R$ 305.073.093,69 acima do limite constitucional, reforçando que o Estado tem cumprido com metas de gastos em saúde, totalizando um gasto em termos reais R$2.271.616.149,04. Os aumentos desses gastos com recursos próprios são resultados de entrega de novos serviços à população e a falta de repasse dos recursos da contrapartida do SUS referente aos novos serviços implantados.

10. Auditorias

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
	Componente Federal do SNA	-	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO MARANHAO	-	-
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
	Componente Federal do SNA	-	INSTITUTO MARANHENSE DE ONCOLOGIA ALDENORA BELO IMOAB	-	-
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
25000.414538/2017-85	MS/SAS	-	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO MARANHAO	-	-
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
	Tribunal de Contas da União	-	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LUIS	-	-
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
25014.401002/2017-41	Judiciário Estadual	-	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO MARANHAO	-	-
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				

Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)
Data da consulta: 06/09/2021.

Outras Auditorias

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 06/09/2021.

- Análises e Considerações sobre Auditorias

10. AUDITORIAS

REGIONAL MUNICÍPIOS	MES	UNIDADE AUDITADA	DEMANDA	FINALIDADE	RECOMENDAÇÕES	ENCAMINHAMENTOS	PARECER/ RELATÓRIO

REGIONAL: Rosário **MUNICÍPIO:** Rosário	JANEIRO	CDML ¿ CENTRO DE DIAGNOSTICO MARIA LUCIENE	SES	Solicitação de pagamento de exames cito patológicos do colo do útero em virtude do não reconhecimento da produtividade pelo Sistema SISCAN nos meses de março/abril/2014	Averiguar no Sistema Financeiro sobre emissão das Ordens Bancarias de Pagamento, sobre as parcelas solicitadas	Encaminhado para a FES/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Parecer nº 01
REGIONAL: Rosário **MUNICÍPIO:** Rosário	JANEIRO	CDML ¿ CENTRO DE DIAGNOSTICO MARIA LUCIENE	SES	Solicitação de pagamento de exames cito patológicos do colo do útero em virtude do não reconhecimento da produtividade pelo Sistema SISCAN nos meses de setembro/2014	Averiguar no Sistema Financeiro sobre emissão das Ordens Bancarias de Pagamento, sobre as parcelas solicitadas	Encaminhado para a FES/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Parecer nº 02
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	JANEIRO	HOSPITAL ALDENORA BELLO	SES	Acompanhamento da execução do convenio 09/2016, com vista à análise das parcelas de prestação de contas pelo SPC/FES/SES/MA	Continuar ,como constatado, a execução do Convênio de acordo com Plano de Trabalho.	Encaminhado para a FES/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Parecer nº 03
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	JANEIRO	CENTRO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO CARDIOLOGICO - PROCARDIO	SES	Analise dos procedimentos realizados para pagamento.	Pagamento dos serviços realizados referente ao período de dezembro/2017.	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Parecer nº 04
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	FEVEREIRO	HOSPITAL ALDENORA BELLO	SES	Acompanhamento da execução do convenio 06/2016, com vista à análise das parcelas de prestação de contas pelo SPC/FES/SES/MA	Continuar ,como constatado, a execução do Convenio de acordo com Plano de Trabalho.	Encaminhado para a FES/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Parecer nº 05
REGIONAL: Pinheiro **MUNICÍPIO:** Bacuri	FEVEREIRO	SMS BACURI	SES	Analise de cópia de relatório de auditoria do MS/SGEP/DENASUS/MA	Corrigir as não conformidades apontadas em relatório de auditoria MS/SGEP/DENASUS/MA	A demanda é pertencente ao SEAUD/MS/MA. O encaminhamento é realizado para a SES/MA e demais órgãos responsáveis para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Parecer nº 06
REGIONAL: Pinheiro **MUNICÍPIO:** Pinheiro	MARÇO	REGIONAL DE PINHEIRO	SES	Autorização de AIH¿S	Os profissionais médicos devem assinar e carimbar todos os documentos emitidos.	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Parecer nº 07
REGIONAL: Zé Doca **MUNICÍPIO:** Santa Luzia do Paruá	MARÇO	HOSPITAL DE CAMPANHA DE SANTA LUZIA DO PARUÁ	SES	Analise dos serviços médicos realizados para pagamento.	- Escala de plantões não conforme em sua totalidade com o detectado ¿ in loco¿.	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Parecer nº 08
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	FUNDAÇÃO MARANHENSE DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	SES	Acompanhamento da Execução do convênio 02/2015, com vista a subsidiar a análise conclusiva do setor de Prestação de Contas pelo SPC/FES/SES.	-	Encaminhado para a FES/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Parecer nº 09
REGIONAL: Chapadinha **MUNICÍPIO:** Chapadinha	MARÇO	SEMUS CHAPADINHA	SES	Nota Técnica nº 69-SEI/2017-CGAFB/DAF/SCTIE/MS	-	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Parecer nº 10

REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	ABRIL	CENTRO DIAGNOSTICO E TRATAMENTO CARDIOLOGICO SC LTDA	SES	Analise dos procedimentos realizados para pagamento.	Pagamento dos serviços realizados referente ao período de janeiro/2018.	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Parecer nº 11
REGIONAL: Chapadinha **MUNICÍPIO:** Araioses	ABRIL	HOSPITAL REGIONAL DE ARAIOSES	SES	Solicitação de diferença de pagamento dos meses de setembro, outubro e novembro/2017.	Não houve comprovação no momento da visita dos documentos que comprovem a diferença de prestação dos serviços executados.	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Parecer nº 12
REGIONAL: Pinheiro **MUNICÍPIO:**Pinheiro	ABRIL	REGIONAL DE PINHEIRO	SES	Autorização das AIH¿S da regional de saúde.	Foram autorizadas 945 AIH¿S referente ao mês de março/2017.	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Parecer nº 13
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	ABRIL	CENTRO DIAGNOSTICO E TRATAMENTO CARDIOLOGICO SC LTDA	SES	Analise dos procedimentos realizados para pagamento.	Pagamento dos serviços realizados referente ao período de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro/2017.	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Parecer nº 14
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	ABRIL	REDE ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA EM ONCOLOGIA	SES	Analise das não conformidades apontadas em relatório de auditoria do DENASUS/ SEAUD/MA	- Encaminhar ao SEAUD/MA os protocolos correspondentes aos procedimentos de radioterapia utilizados na Oncorradium; - Apresentar ao SEAUD/MA o protocolo de encaminhamento do Plano corrigido à Coordenação Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas e/ou a respectiva aprovação do MS; - Estruturar Central de Leitos especificamente para atendimento da Oncologia - Cadastrar os Relatórios resultantes das auditorias realizadas pelo SNA Estadual no SISAUD; - Criar mecanismos para avaliação e controle do tempo de espera para o tratamento assistencial em oncologia nas Unidades Estaduais; - Estabelecer mecanismos de controle, avaliação e auditoria dos procedimentos oncológicos e elaborar relatórios de auditoria e supervisão específicos em oncologia dos estabelecimentos de saúde de alta complexidade em oncologia.	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Parecer nº 15
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	ABRIL	CEMESP	SES	Análise do CNES e produção dos serviços médicos.	-	Encaminhado para a REDE /SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Parecer nº 16

REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	ABRIL	CENTRO DIAGNOSTICO E TRATAMENTO CARDIOLOGICO SC LTDA	SES	Analise dos procedimentos realizados para pagamento.	Pagamento dos serviços realizados referente fevereiro/2018.	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Parecer nº 17
REGIONAL: Caxias **MUNICÍPIO:** Caxias	JANEIRO	CASA DE SÁÚDE E MATERNIDADE DE CAXIAS ¿ CENTRO DE DIALISE	SES	Acompanhamento do serviço de Nefrologia/Casa de Saúde e Maternidade de Caxias	- Pagamento dos serviços realizados referente ao período de outubro/2017.	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 01
REGIONAL: Caxias **MUNICÍPIO:** Caxias	JANEIRO	CASA DE SÁÚDE E MATERNIDADE DE CAXIAS ¿ CENTRO DE DIALISE	SES	Acompanhamento do serviço de Nefrologia/Casa de Saúde e Maternidade de Caxias	- Pagamento dos serviços realizados referente ao período de novembro/2017.	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 02
REGIONAL: Barra do Corda **MUNICÍPIO:** Barra do Corda	FEVEREIRO	HOSPITAL FLORENCIO BRANDES	SES	Constatar os requisitos técnicos, para credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços ambulatoriais.	- Adequar-se as não conformidades apresentadas para cumprir as exigências do credenciamento.	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 03
REGIONAL: Presidente Dutra **MUNICÍPIO:** Tuntum	FEVEREIRO	FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DE TUNTUM (CENTRO DE IMAGEM ANTONIO JOAQUIM DA CUNHA)	SES	Visita Técnica para análise dos serviços prestados em radiologia, ultrassonografia e mamografia.	- Pagamento dos serviços prestados referente ao período de setembro/2017, visto que , houve comprovação através de fichas de exames com seus respectivos laudos. .	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 04
REGIONAL: Presidente Dutra **MUNICÍPIO:** Tuntum	FEVEREIRO	FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DE TUNTUM (CENTRO DE IMAGEM ANTONIO JOAQUIM DA CUNHA)	SES	Visita Técnica para análise das condições da unidade para credenciamento ultrassonografia e mamografia.	Manter a qualidade física e operacional, em conformidade com o objeto do credenciamento. .	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 04
REGIONAL: Caxias **MUNICÍPIO:** Caxias	FEVEREIRO	CASA DE SÁÚDE E MATERNIDADE DE CAXIAS ¿ CENTRO DE DIALISE	SES	Acompanhamento do serviço de Nefrologia/Casa de Saúde e Maternidade de Caxias	- Pagamento dos serviços realizados referente ao período de dezembro/2017.	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 06
REGIONAL: Chapadinha **MUNICÍPIO:** Araioses	FEVEREIRO	SMS DE CHAPADINHA	SES	Verificar a Gestão da AssistenciaFarmaceutica Básica e avaliar o cumprimento da NOTA TÉCNICA nº 69-SEI/2017	Devolução de recurso no valor de R$ 226.823,87 (duzentos e vinte e seis mil, oitocentos e vinte três reais e oitenta e sete centavos.)	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 07
REGIONAL: Presidente Dutra **MUNICÍPIO:** Tuntum	FEVEREIRO	FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DE TUNTUM (CENTRO DE IMAGEM ANTONIO JOAQUIM DA CUNHA)	SES	Visita Técnica para análise dos serviços prestados em radiologia, ultrassonografia e mamografia.	- Pagamento dos serviços prestados referente ao período de novembro/2017, visto que, houve comprovação através de fichas de exames com seus respectivos laudos. .	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 08
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	FEVEREIRO	HOSPITAL TARQUINIO LOPES FILHO	SES	Acompanhamento das ações desenvolvidas, especialmente nos setores de qualidade, marcação de consultas e cirurgias oncológicas	Continuar ,como constatado, a execução do dos serviços com qualidade para o usuário do SUS.	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 09
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	FEVEREIRO	HOSPITAL TARQUINIO LOPES FILHO	SES	Avaliar a estrutura da unidade para realização de procedimentos de oncologia e analisar prontuários para identificar exames histopatológicos .	Cumprir com as normas e adequar-se quanto as não conformidades da legislação.	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 10

REGIONAL: Viana **MUNICÍPIO:** Viana	MARÇO	HOSPITAL REGIONAL DR. JOSÉ MURAD	SES	Acompanhamento dos serviços prestados por OS, OSCIP e EMSERH	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatorio nº 11
REGIONAL: Zé Doca **MUNICÍPIO:** Santa Luzia do Paruá	MARÇO	HOSPITAL DE CAMPANHA DE SANTA LUZIA DO PARUÁ	SES	Avaliar ¿in loco¿ a prestação de serviços médicos executados no Hospital de Campanha de Santa Luzia do Paruá no mês de junho/2017.	Pagamento dos serviços médicos, porém com ressalvas quanto ao valor solicitado.	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatorio nº 12
REGIONAL: Presidente Dutra **MUNICÍPIO:** Tuntum	MARÇO	FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DE TUNTUM (CENTRO DE IMAGEM ANTONIO JOAQUIM DA CUNHA)	SES	Visita Técnica para análise dos serviços prestados em radiologia, ultrassonografia e mamografia.	- Pagamento dos serviços prestados referente ao período de dezembro/2017, visto que, houve comprovação através de fichas de exames com seus respectivos laudos. .	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 13
REGIONAL: Chapadinha **MUNICÍPIO:** Araioses	MARÇO	HOSPITAL REGIONAL DE ARAIOSES	SES	Visita Técnica para análise dos serviços ambulatoriais e de internação prestados	- Pagamento dos serviços prestados referente ao período de março/2018, visto que, houve comprovação através de fichas de exames com seus respectivos laudos.	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 14
REGIONAL: Chapadinha **MUNICÍPIO:** Araioses	MARÇO	HOSPITAL REGIONAL DE ARAIOSES	SES	Visita Técnica para análise dos serviços ambulatoriais e de internação prestados	- Pagamento dos serviços prestados referente ao período de janeiro/2018, visto que, houve comprovação através de fichas de exames com seus respectivos laudos.	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 15
REGIONAL: Chapadinha **MUNICÍPIO:** Araioses	MARÇO	HOSPITAL REGIONAL DE ARAIOSES	SES	Visita Técnica para análise dos serviços ambulatoriais e de internação prestados	- Pagamento dos serviços prestados referente ao período de fevereiro/2018, visto que, houve comprovação através de fichas de exames com seus respectivos laudos.	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 16
REGIONAL: Rosário **MUNICÍPIO:** Rosário	MARÇO	CLINICA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO LTDA.	SES	Visita Técnica para análise dos serviços ambulatoriais e de internação prestados	- Pagamento dos serviços prestados referente ao período de SETEMBRO/2017, visto que, houve comprovação através de fichas de exames com seus respectivos laudos contrato nº 184.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 17

REGIONAL: Rosário **MUNICÍPIO:** Rosário	MARÇO	CLINICA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO LTDA.	SES	Visita Técnica para análise dos serviços ambulatoriais e de internação prestados	- Pagamento dos serviços prestados referente ao período de SETEMBRO/2017, visto que, houve comprovação através de fichas de exames com seus respectivos laudos referente ao contrato nº 158.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 18
REGIONAL: Rosário **MUNICÍPIO:** Rosário	MARÇO	CLINICA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO LTDA.	SES	Visita Técnica para análise dos serviços ambulatoriais e de internação prestados	- Pagamento dos serviços prestados referente ao período de outubro/2017, visto que, houve comprovação através de fichas de exames com seus respectivos laudos contrato nº 184.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 19
REGIONAL: Rosário **MUNICÍPIO:** Rosário	MARÇO	CLINICA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO LTDA.	SES	Visita Técnica para análise dos serviços ambulatoriais e de internação prestados	- Pagamento dos serviços prestados referente ao período de outubro/2017, visto que, houve comprovação através de fichas de exames com seus respectivos laudos contrato nº 158.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 20
REGIONAL: Rosário **MUNICÍPIO:** Rosário	MARÇO	CLINICA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO LTDA.	SES	Visita Técnica para análise dos serviços ambulatoriais e de internação prestados	- Pagamento dos serviços prestados referente ao período de 1 a 13 de novembro/2017, visto que, houve comprovação através de fichas de exames com seus respectivos laudos contrato nº 184.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 21
REGIONAL: Rosário **MUNICÍPIO:** Rosário	MARÇO	CLINICA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO LTDA.	SES	Visita Técnica para análise dos serviços ambulatoriais e de internação prestados	- Pagamento dos serviços prestados referente ao período de 1 a 13 de novembro/2017, visto que, houve comprovação através de fichas de exames com seus respectivos laudos contrato nº 158.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 22
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	CEMESP ¿ CENTRO DE MEDICINA ESPECIALIZADA	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 23
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	UPA ARAÇAGI	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 24

REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO MARANHÃO (HEMOMAR)	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 25
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	INSTITUTO OSWALDO CRUZ - LACEN	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 26
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	UNIDADE MISTA DO MAIOBÃO	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 27
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	CENTRO DE REABILITAÇÃO DO OLHO D¿AGUA	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 28
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	HOSPITAL VILA LUISÃO	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 29
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	UPA PARQUE VITÓRIA	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 30
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	CEMESP ¿ CENTRO DE MEDICINA ESPECIALIZADA	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 31

REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	COMPLEXO HOSPITALAR NINA RODRIGUES	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 32
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DO VINHAIS	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 33
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	HOSPITAL AQUILES LISBOA	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 34
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	UPA ITAQUI BACANGA	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 35
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	HOSPITAL PRESIDENTE VARGAS	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 36
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	HOSPITAL TARQUINIO LOPES FILHO	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 37
REGIONAL: Rosário **MUNICÍPIO:** Morros	MARÇO	HOSPITAL DE MORROS	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 38

REGIONAL: Rosário **MUNICÍPIO:** Barreirinhas	MARÇO	HOSPITAL DE MORROS	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 39
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DO PAM DIAMANTE DR. LUIZ ALFREDO NETTO GUTERRES SOARES JUNIOR	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 40
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	UPA DA CIDADE OPERÁRIA	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 41
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	UPA DA CIDADE OPERÁRIA	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 41
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DA CIDADE OPERÁRIA	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 42
REGIONAL: Bacabal **MUNICÍPIO:** Bacabal	MARÇO	HOSPITAL REGIONAL DE BACABAL	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 43
REGIONAL: Zé Doca **MUNICÍPIO:** Carutapera	MARÇO	HOSPITAL REGIONAL DE CARUTAPERA	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 44

REGIONAL: Pedreiras **MUNICÍPIO:** Lago dos Rodrigues	MARÇO	HOSPITAL REGIONAL DE BACABAL	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 45
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	COMPLEXO HOSPITALAR MATERNO INFANTIL/HOSPITAL INFANTIL JUVENCIO MATOS/MATERNIDADE BENEDITO LEITE	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 46
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	CASA DE APOIO NINAR	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 47
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	MARÇO	CENTRO DE REFERENCIA EM NEURODESENVOLVIMENTO ASSISTENCIA E REABILITAÇÃO DE CRIANÇAS - NINAR	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 48
CANCELADO							Relatório nº 49
REGIONAL: Pinheiro **MUNICÍPIO:** Pinheiro	MARÇO	HOSPITAL REGIONAL DE PINHEIRO	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 50
REGIONAL: Chapadinha **MUNICÍPIO:** Chapadinha	MARÇO	UPA CHAPADINHA	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 51
REGIONAL: Chapadinha **MUNICÍPIO:** Paulino Neves	ABRIL	HOSPITAL DE PAULINO NEVES	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 52

REGIONAL: Viana **MUNICÍPIO: Viana**	ABRIL	HOSPITAL REGIONAL DR. JOSÉ MURAD	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 53
REGIONAL: Caxias **MUNICÍPIO:** Caxias	ABRIL	HOSPITAL REGIONAL DE CAXIAS ¿ DR EVERALDO FERREIRA ARAGÃO	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 54
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	ABRIL	SOLAR DO OUTONO	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 55
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	ABRIL	HOSPITAL DE TRAUMATOLOGIA ORTOPÉDICA - HTO	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 56
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	ABRIL	HOSPITAL CARLOS MACIEIRA	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 57
REGIONAL: Bacabal **MUNICÍPIO:** Bacabal	ABRIL	HOSPITAL GERAL DE BACABAL	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 58
REGIONAL: Chapadinha **MUNICÍPIO:** Araioses	ABRIL	HOSPITAL REGIONAL DE ARAIOSES	SES	Visita Técnica para análise dos serviços ambulatoriais e de internação prestados	- Pagamento dos serviços prestados referente ao período de março/2018, visto que, houve comprovação através de fichas de exames com seus respectivos laudos.	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 59

REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	ABRIL	HOSPITAL CARLOS MACIEIRA	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 60
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	ABRIL	COMPLEXO HOSPITALAR MATERNO INFANTIL	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 61
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	ABRIL	MATERNIDADE NOSSA SENHORA DA PENHA	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 62
REGIONAL: São João dos Patos **MUNICÍPIO:** Loreto	ABRIL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SES	Apuração de denúncia.	- Retirar o nome da profissional Sra. Maria do Socorro Alves de Sousa da escala de Plantão da Enfermagem	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 63
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	ABRIL	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	SES	Auditoria realizada no relatório de gestão/2015 da SES/MA.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 64
REGIONAL: Presidente Dutra **MUNICÍPIO:** Tuntum	ABRIL	FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DE TUNTUM (CENTRO DE IMAGEM ANTONIO JOAQUIM DA CUNHA)	SES	Visita Técnica para análise dos serviços prestados em radiologia, ultrassonografia e mamografia.	- Pagamento dos serviços prestados referente ao período de janeiro/2018, visto que, houve comprovação através de fichas de exames com seus respectivos laudos. .	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 65
REGIONAL: Presidente Dutra **MUNICÍPIO:** Tuntum	ABRIL	FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DE TUNTUM (CENTRO DE IMAGEM ANTONIO JOAQUIM DA CUNHA)	SES	Visita Técnica para análise dos serviços prestados em radiologia, ultrassonografia e mamografia.	- Pagamento dos serviços prestados referente ao período de fevereiro/2018, visto que, houve comprovação através de fichas de exames com seus respectivos laudos. .	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 66
REGIONAL: Imperatriz **MUNICÍPIO:** Imperatriz	ABRIL	UNIMED / STI	SES	Avaliar a capacidade instalada, número de leitos, equipamentos, recursos humanos com qualificação técnica.	- Concluiu-se que os estabelecimentos concorrentes do Credenciamento nº 001/2018-CLS/SES, atendem aos critérios estabelecidos pela Portaria/ GM nº 895/2017.	Encaminhado para a UGRASS/SES/MA para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 67

REGIONAL: Zé Doca **MUNICÍPIO:** Carutapera	ABRIL	HOSPITAL GERAL DE CARUTAPERA	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 68
REGIONAL: Balsas **MUNICÍPIO:** Balsas	ABRIL	HOSPITAL REGIONAL DE BALSAS	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 69
REGIONAL: Balsas **MUNICÍPIO: Grajaú**	ABRIL	HOSPITAL DE GRAJAÚ	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 70
REGIONAL: Codó **MUNICÍPIO:** Codó	ABRIL	UPA CODÓ	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 71
REGIONAL: São Luís **MUNICÍPIO:** São Luís	ABRIL	MATERNIDADE DE ALTA COMPLEXIDADE DO MARANHÃO	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 72
REGIONAL: Santa Inês **MUNICÍPIO:** Santa Inês	ABRIL	HOSPITAL GERAL DE SANTA INÊS	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 73
REGIONAL: Santa Inês **MUNICÍPIO:** Monção	ABRIL	HOSPITAL DE MONÇÃO	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 74

REGIONAL: Codó **MUNICÍPIO:** Peritoró	ABRIL	HOSPITAL REGIONAL DE PERITORÓ	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 75
REGIONAL: Barra do Corda **MUNICÍPIO:** Barra do Corda	ABRIL	CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DE BARRA DO CORDA	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 76
REGIONAL: Itapecuru-Mirim **MUNICÍPIO:** Itapecuru-Mirim	ABRIL	HOSPITAL ADELIA MATOS	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 77
REGIONAL: Presidente-Dutra **MUNICÍPIO:** Presidente-Dutra	ABRIL	HOSPITAL GERAL DE PRESIDENTE DUTRA	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 78
REGIONAL: Itapecuru-Mirim **MUNICÍPIO:** Matões do Norte	ABRIL	HOSPITAL DE MATÕES DO NORTE	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 79
REGIONAL: Imperatriz **MUNICÍPIO:** Imperatriz	ABRIL	REGIONAL DE IMPERATRIZ	SES	Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares.	- Ajustar as não conformidades apontadas no relatório de auditoria. - Readequação do plano de trabalho, no que diz respeito à metas e recursos humanos.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 80
REGIONAL: Timon **MUNICÍPIO:** Timon	ABRIL	OFTALMO ODONTO CENTER LTDA.	SES	Apuração de denúncia	- Aguardar defesa do auditado para elaboração de relatório conclusivo.	Encaminhado para a UGRASS/SES para tomada de conhecimento/ providências cabíveis	Relatório nº 81

Analise e Consideração sobre Auditorias

No ano de 2018 foram realizada um total de 478 auditorias na saúde, as quais são mencionadas na tabela acima, tendo como principais ações as apurações de denúncias, avaliação da execução de serviços prestados, verificar o cumprimenta das metas pactuadas das prestações de serviços hospitalares, visitas técnicas nos estabelecimentos de saúde, acompanhamento em procedimentos ambulatórias, realizados em programas de saúde, análises dos procedimentos realizados para pagamento e outras auditorias realizadas.

11. Análises e Considerações Gerais

A Secretaria do Estado de Saúde d Maranhão visa oferecer aos usários do SUS uma assistência qualificada dos serviços de saúde de forma integral e universal contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população do Estado e vem desenvolvendo ações por meio dos Programas Saúde para Todos (0596), Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde (0597), Fortalecimento da Vigilância em Saúde (0598) e Gestão da Política de Saúde Pública.

Dentro das ações do Programa Saúde para Todos, foram contratualizados 42 estabelecimentos de saúde privados e filantropicos sob Gestão Estadual, que executam ações de Assistência de Média e Alta Complexidade. Na Região de Saúde de Açailândia foi implantado o Serviço de Nefrologia de Açailândia ¿ CNA, com Ambulatório Especializado em DRC, em convênio com o Governo do Estado/SES, com capacidade para atendimento de 168 pacientes em tratamento dialítico habilitado junto ao MS; 2.072.566 pessoas receberam atendimentos especializados através de 4 Unidades hospitalares macrorregionais; implantação do Serviço de Hemodiálise nas Região de Chapadinha, no Hospital Geral de Chapadinha com atendimentode 54 pacientes/mês; implantação do Serviço de Hemodiálise na Região de Pinheiro, no Hospital Regional da Baixada Maranhense Dr. Jackson Lago, município de Pinheiro com atendimento de 60 pacientes/mês, 41 municípios com SAMU implantado em funcionamento; 76 pacientes e acompanhantes que receberam ajuda de custo para realizar procedimentos em outros Estados da federação; habilitação de 58 leitos de Terapia Intensiva Adulto junto ao Ministério da Saúde ; 02 habilitações de Serviços de Média e Alta Complexidade em Imperatriz e São Luís; 03 Serviços de Oncologia (Serviço de Cirurgia de Câncer de - Complexo Hospitalar (HUUFMA/CACON - IMOAB) em São Luís; 02 serviços de Oncologia Pediátrica (Hospital São Rafael e IMOAB), com leitos de UTI Pediátrica em Açailândia e Codó. Em São Luís, na Maternidade Marly Sarney, com 08 Leitos UTI Adulto Tipo II, 05 Leitos de UTI Adulto Tipo II no Hosp. de Câncer Dr. Tarquínio Lopes Filho; 10 Leitos UTI Adulto, Tipo II no Hospital Macrorregional de Imperatriz Ruth Noleto, 10 leitos de UTI adulto Tipo II no Hospital Regional de Pinheiro, 10 leitos UTI adulto Tipo Hospital De Santa Inês; 10 Leitos de UTI Adulto Tipo II; Hosp. Macrorregião de Caxias Dr. Everaldo Aragão. No Município de Imperatriz, foi implantada a Casa da Gestante, Bebê e Puérpera do Programa da Rede Cegonha, para atender as regiões de Imperatriz, Balsas, Açailândia e Barra do Corda. Foram realizados no Estado um total de 276 transplantes de órgãos, dos quais 241 de córnea; 31 de rim; 02 de fígado e 02 de tecidos ósseos. No componente especializado da Assistência Farmacêutica, foram realizados 236.829 atendimentos. O HEMONÚCLEO (HEMOMAR) realizou procedimentos destinados à obtenção de sangue, componentes e derivados (391.305); consultas médicas em atenção especializada compreende o total das consultas hematológicas, clínica médica, pediatria e ortopedia (24.992); atendimentos multidisciplinares em atenção especializada 16.112); exames laboratoriais que compreende o total dos exames sorológicos, imunohematológicos, hematológicos e bioquímicos (1.329.876). Nas ações de modernização e ampliação dos serviços de saúde, destaca-se a Conclusão do Hospital de 20 leitos no município de Cajari; Conclusão dos hospitais de 50 leitos nos municípios de Chapadinha e Colinas.

No fortalecimento da Atenção Primaria (0597), no exercício de 2018 o número de equipes de Estratégia de Saúde Bucal (ESB) totalizou 2.099 equipes de Estratégia Saúde da Família, alcançando 84,12% de cobertura, segundo dados do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde DAB, Implantação da estratégia para proteger e cuidar da saúde de adolescentes na Atenção Primária e da linha de cuidado de atenção à famílias, crianças e adolescentes em situação de violência, fortalecimento da política de saúde sexual reprodutiva, redução da gravidez na adolescência e redução da mortalidade materna e infantil. No cuidado integral no controle da Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus trabalhou-se a expansão e estruturação da rede de doenças crônicas nas 19 Regiões de Saúde em articulação com as UGRS e a Rede de Assistência a Saúde da SES/MA, dando prosseguimento ao apoio técnico às Regiões de Saúde e aos seus municípios, incentivando a implantação dos Núcleos de Referência à Rede de Atenção às Doenças Crônicas. Foram realizadas palestras mobilizações sociais alusivas ao Dia Nacional de Controle da Hipertensão Arterial e Diabetes mellitus. Aumento das investigações de óbitos. Qualificação no processo de trabalho das equipes locais; a Força Estadual de Saúde do Maranhão impacta a sociedade dos 32 municípios de menor IDH, promovendo o acesso dos usuários aos serviços de saúde como melhorias nas metas de pré-natal, visitas domiciliares de assistência a gestante e a criança, cobertura vacinal, coleta de PCCU dentre outras; oferta in loco de educação permanente para qualificação dos profissionais do município e redução dos coeficientes de mortalidade infantil e razão de mortalidade Materna.

No Programa do Fortalecimento da Vigilância em Saúde (0598), a Vigilância Epidemiológica desenvolveu ações de apoio que beneficiaram os 217 municípios, seja com capacitação, monitoramento, mobilização social e assessoria técnica no enfrentamento de situações de emergência e planejamento de ações estratégicas, sendo que 95% dos municípios alcançaram 50% dos indicadores pactuados, sendo esta avaliação parcial, uma vez que a avaliação final do Programa de Qualificação de Vigilância Saúde referente ao ano de 2018 será encerrada nacionalmente somente em junho de 2019. Na Vigilância Sanitária e Ambiental, foram realizadas 67 capacitações e eventos educativos em VISA e VSA, profissionais de Vigilância Sanitária capacitados nas 19 Regiões de Saúde, melhoria das ações de Vigilância Sanitária desenvolvidas nos municípios das regiões de saúde do Estado, alcance de 100% dos profissionais de saúde através das capacitações realizadas nas 19 regiões de saúde, qualificando gestores, técnicos estaduais de VISA, VSA, VISAT aperfeiçoando as ações desenvolvidas nos municípios. Foram executados 2.560 gerenciamentos de risco sanitário e ambiental em produtos, serviços de saúde e áreas sujeitas a ação de Vigilância Sanitária e Vigilância em Saúde Ambiental nas REGIÕES DE SAÚDE. Foram descentralizadas 45 ações de Vigilância em Saúde Ambiental, realizadas 2.740 Inspeções Sanitárias e monitoramento de alimentos e água para consumo humano. Na Saúde do Trabalhador foram implantados protocolos em unidades de saúde de gestão estadual.

Vale acrescentarmos, que o Relatório Anual de Gestão de 2018 foi realizado em modo físico, seguindo o Modelo enviado pelo MS através do SEMS-MA e foi levado ao Conselho para Apreciação, sendo Aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde

12. Recomendações para o Próximo Exercício

- Análises e Considerações sobre Recomendações para o Próximo Exercício

Considerando os resultados das metas dos indicadores de saúde pactuados em 2018 e apesar dos investimentos realizados pela gestão estadual, contata-se que um dos fatores do não alcance das metas, é a alta rotatividade dos Secretários Municipais de Saúde que são responsáveis pela execução das ações desenvolvidas pela Atenção Primária e ações de Vigilâncias Epidemiológicas, Sanitária e Ambiental.

Em relação a recomendações, destaca-se a necessidade de incrementar ações e serviços de saúde junto aos municípios visando a melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida da população, monitorar com maior especificidade as ações de saúde programadas, prestar apoio ¿in loco¿ nos municípios das regiões de saúde, para fortalecimento dos instrumentos de gestão. Em nível estadual, reorganizar a regionalização por meio da Programação Regional Integrada da Saúde, com base em diagnósticos situacionais da região, para melhorar os serviços de referência e contra-referência na rede assistencial de saúde dos usuários do Estado do Maranhão.

CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA
Secretário(a) de Saúde
MARANHÃO/MA, 2018

Parecer do Conselho de Saúde

Identificação

- Considerações:

  Verifica-se a inesistência de informação nos ítens 1.2.(CNPJ, email, telefone); ítem 1.4 (natureza jurídica). Solicito correções.

Introdução

- Considerações:

  Observou-se que o Relatório Anual de Gestão 2018 foi elaborado atendendo a Lei Complementar 141/2012, Artigo 36, parágrafo 1º e 3º e aos preceitos da Portaria 2.135/2013. Sendo um instrumento de monitoramento e avaliação, apresenta os resultados alcançados com a execução das ações constantes na Programação Anual de Saúde- PAS, está baseado no conjunto de diretrizes, objetivos, metas e indicadores do Plano Estadual de Saúde- PES, possibilitando assim o acompanhamento da aplicação de recursos utilizados.

Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- Considerações:

  Aprovado.

Dados da Produção de Serviços no SUS

- Considerações:

  Com relação à produção de serviços venho destacar a ausência dos serviços referente às medicações, órteses e próteses e Ações complementares da atenção à saúde.

Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- Considerações:

  Aprovado.

Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

- Considerações:

  Constatou-se que ainda é grande o número de contratos temporários, o que fragiliza a relação empregado-empregador.

Programação Anual de Saúde - PAS

- Considerações:

  Aprovado.

Indicadores de Pactuação Interfederativa

- Considerações:

  Orienta-se melhorar os seguintes indicadores**:**

1. 1. Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada.
2. 2. Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica.

Execução Orçamentária e Financeira

- Considerações:

  Aprovado.

Auditorias

- Considerações:

  Aprovado.

Análises e Considerações Gerais

- Parecer do Conselho de Saúde:

  Orienta-se que sejam aumentados os esforços para melhorar os indicadores.

  Fomentar a implantação/implementação das Políticas de Promoção da Equidade em Saúde nas 19 Regiões, contribuindo para melhorar o acesso.

  Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças.

Recomendações para o Próximo Exercício

- Considerações:

  Recomendamos a necessidade de incrementar ações e serviços de saúde junto aos municípios visando a melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida da população maranhense.

MARANHÃO/MA, 15 de Março de 2024

Conselho Estadual de Saúde de Maranhão